

**Sensibilidade e especificidade da Entrevista
Estruturada de Avaliação do Risco Familiar:
impacto do
fator socioeconómico**

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Luana Patrícia da Costa Ochoa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Diamantino José Figueiredo dos Santos
Co-orientador: Prof. Doutora Rosa Marina Afonso

agosto de 2025

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Luana Patrícia da Costa Ochoa, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11449 de Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade Universidade da Beira Interior (UBI), declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 18 / 08 / 2025



(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Folha em branco

Dedicatória

Dedico esta dissertação à minha família, pelo amor incondicional, paciência e apoio constante ao longo de toda esta jornada.

Folha em branco

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Diamantino Santos, pela paciência ao longo deste extenso período de tempo, pela disponibilidade constante, pelo apoio e motivação incansável que me prestou e pelas valiosas sugestões que enriqueceram significativamente este estudo.

Agradeço também à minha co-orientadora, a Professora Doutora Rosa Marina Afonso por todo o auxílio nesta jornada e cuja dedicação e conhecimento foram fundamentais ao longo deste processo.

Como não poderia deixar de ser, expresso a minha profunda gratidão às pessoas mais importantes da minha vida: os meus pais, Manuel e Fátima, e os meus irmãos, Tânia e Manuel, pelo apoio incondicional e pelo esforço incansável que sempre demonstraram para que eu pudesse alcançar mais uma etapa importante do meu percurso, mesmo nos momentos mais difíceis. O vosso amor foi o meu porto seguro e ele nada disto teria sido possível. Agradeço igualmente aos meus cunhados, Luís e Jéssica, por serem uma presença constante de apoio e incentivo.

Quero ainda prestar homenagem aos meus avós, Albino, Beatriz, Belmiro e Adília, estejam onde estiverem. Apesar de não ter tido muitos anos ao vosso lado, guardo-vos com carinho na memória. Nunca me esquecerei da vossa força, da vossa resiliência e da inspiração que continuarão sempre a ser para mim.

Um agradecimento especial também ao David, por ser o meu alicerce — alguém que, mesmo nos momentos mais difíceis, nunca deixou de me incentivar e apoiar.

Aos meus colegas e amigos que partilharam comigo esta etapa, pelas conversas estimulantes, pela entreatajuda e pelos momentos de descontração que tanto contribuíram para manter o equilíbrio.

Por fim, agradeço a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, colaboraram com este trabalho, especialmente na recolha de amostra.

A todos, o meu sincero agradecimento.

Folha em branco

Resumo

O presente estudo, transversal e correlacional, teve como principal objetivo contribuir para a validação da Entrevista Estruturada da Avaliação do Risco Familiar (EEARF), analisando a sua sensibilidade e especificidade no campo específico do impacto do fator socioeconómico no risco familiar. A amostra é constituída por 58 participantes, encontrando-se dividida em dois grupos, sendo 34 participantes do grupo de baixo estatuto socioeconómico e 24 pertencentes ao grupo de estatuto socioeconómico médio-alto. Para tal, foi aplicada a EEARF nos dois grupos amostrais. Os resultados indicaram que a EEARF detém uma fiabilidade aceitável, no que diz respeito à consistência interna. Concluiu-se que o grupo de baixo estatuto socioeconómico apresenta um número significativamente superior de fatores de risco, comparativamente ao grupo de estatuto socioeconómico médio-alto. No que respeita aos fatores de proteção, verificou-se a sua maior prevalência no grupo de estatuto socioeconómico médio-alto. Conclui-se, assim, que a EEARF é um instrumento válido e adequado para a avaliação do risco familiar. Em complemento, verificou-se que o fator socioeconómico constitui um determinante significativo do risco familiar, corroborando as hipóteses formuladas no presente estudo.

Palavras-chave

Família;Risco;Avaliação;Socioeconómico;Crianças.

Folha em branco

Abstract

The present cross-sectional and correlational study aimed primarily to contribute to the validation of the Structured Interview of Family Assessment Risk (EEARF), by analysing its sensitivity and specificity, as well as assessing the impact of the socioeconomic factor on family risk. The sample consisted of 58 participants, divided into two groups: 34 participants of the low socioeconomic status group and 24 of the medium-high socioeconomic status group. The EEARF was administered to both groups. The results indicated that the EEARF demonstrates acceptable reliability in terms of internal consistency. Furthermore, it was found that the low socioeconomic status group exhibited a significantly higher number of risk factors compared to the medium-high socioeconomic status group. Conversely, protective factors were more prevalent in the medium-high socioeconomic group. These findings support the conclusion that the EEARF is a valid and appropriate instrument for assessing family risk. Additionally, the results showed that socioeconomic status is a significant determinant of family risk, thus corroborating the hypotheses formulated in the present study.

Keywords

Family;Risk;Assessment;Socioeconomic;Children.

Folha em branco

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1. A Família enquanto Sistema	3
1.2. Fatores Determinantes	6
1.2.1. Fatores de Risco	6
1.2.2. Fator Socioeconómico.....	8
1.2.3. Fatores de Proteção	8
1.3. A Avaliação do Risco Familiar.....	9
2. Objetivos.....	11
3. Metodologia.....	12
3.1. Participantes.....	13
3.2. Instrumento.....	16
3.3. Procedimentos da investigação	17
3.4. Procedimentos de análise quantitativa	18
4. Resultados	18
4.1. Análise quantitativa	18
4.1.1. Normalidade das subescalas.....	18
4.1.2. Homogeneidade da variância.....	22
4.2.3. Análise da consistência interna.....	25
4.2.4. Correlações entre as variáveis	29
4.2.5. Comparação entre o grupo de estatuto socioeconómico baixo ($n =$ 34) e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto ($n = 24$).....	48
Discussão.....	52
Conclusão	56
Referências	58
Anexos	62
Anexo 1 - Parecer da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior	63
Anexo 3 - Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (versão progenitores/cuidadores).....	65
Anexo 4 - <i>Workspace</i> – folha de registo e análise da cotação.	73

Folha em branco

Lista de Tabelas

Tabela 1 – *Características sociodemográficas do grupo de estatuto socioeconómico baixo (n = 34)*

Tabela 2 - *Características sociodemográficas do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto (n = 24)*

Tabela 3 - *Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov dos Fatores de Risco para o Grupo de estatuto Socioeconómico baixo (n =34)*

Tabela 4 - *Teste de Normalidade Shapiro-Wilk dos Fatores de Risco para o Grupo de estatuto Socioeconómico médio-alto (n = 24)*

Tabela 5 – *Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov dos Fatores de Proteção para o Grupo de estatuto Socioeconómico baixo (n =34)*

Tabela 6 - *Teste de Normalidade Shapiro-Wilk dos Fatores de Proteção para o Grupo de estatuto Socioeconómico baixo (n =24)*

Tabela 7 - *Teste de Homogeneidade de Variância dos Fatores de Risco com Base na Média (n = 58)*

Tabela 8 - *Teste de Homogeneidade de Variância dos Fatores de Proteção com Base na Média (n = 58)*

Tabela 9 - *Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Risco do Grupo Baixo Estatuto Socioeconómico (n = 34)*

Tabela 10 - *Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Proteção do Grupo de Baixo Estatuto Socioeconómico (n = 34)*

Tabela 11 – *Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Risco do Grupo Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Tabela 12 - *Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Proteção do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Tabela 13 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Risco da EEARF Para o Grupo de Baixo Estatuto Socioeconómico (t de Kendall, 1 extremidade, n = 34)*

Tabela 14 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Proteção da EEARF Para o Grupo de Baixo Estatuto Socioeconómico (t de Kendall, 1 extremidade, n = 34)*

Tabela 15 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Risco e de Proteção da EEARF na Amostra de Baixo Estatuto Socioeconómico (τ de Kendall, 1 extremidade, n = 34)*

Tabela 16 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Risco da EEARF Para o Grupo de Estatuto socioeconómico médio-alto (t de Kendall, 1 extremidade, n = 24)*

Tabela 17 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Proteção da EEARF Para o Grupo de Estatuto socioeconómico médio-alto (t de Kendall, 1 extremidade, n = 24)*

Tabela 18 - *Matriz de Correlação dos Fatores de Risco e de Proteção da EEARF na Amostra de Estatuto socioeconómico médio-alto (τ de Kendall, 1 extremidade, n = 24)*

Tabela 19 – *Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Tabela 20 – *Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon entre o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Tabela 21 – *Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24) para os Fatores de Risco*

Tabela 22 – *Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon para os Fatores de Risco entre o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Tabela 23 – *Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24) para os Fatores de Proteção*

Tabela 24 - *Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon para os Fatores de Proteção entre o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)*

Folha em branco

Lista de Acrónimos

ASCJR	Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco
ASGVCV	Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGS	Direção Geral de Saúde
EEARF	Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar
GRP	Gabinete de Relações Públicas
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
RNR	Risco, Necessidades e Responsividade
UBI	Universidade da Beira Interior

Folha em branco

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Introdução

A presente dissertação decorre dos trabalhos no âmbito da Unidade Curricular “Dissertação” do 2º Ciclo de Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade da Beira Interior, cujo tema é “Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico”. Assim, com esta dissertação pretende-se contribuir para a validação da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF) de Santos & Alberto (2017), instrumento que objetiva avaliar o risco familiar e, conseqüentemente, contribuir para a promoção dos direitos e da proteção de crianças e jovens.

Para efetuar esta investigação, contou-se com a participação voluntária de famílias referenciadas pela Segurança Social que, durante o período de realização desta dissertação, encontravam-se em situação de risco/perigo, sendo assim elegíveis para realizarem a EEARF. Além disso, abrange famílias de baixo e alto estatuto socioeconómico, sendo este aspeto particularmente importante para se realizar um estudo comparativo entre estes dois grupos, de modo a avaliar se este instrumento consegue discriminar o risco familiar independente do estatuto socioeconómico, e se existem fatores de risco e de proteção diferenciadores destas famílias em função da variável estatuto socioeconómico.

Perante o exposto, o presente estudo inicia-se com o enquadramento teórico, no qual é realizada uma revisão da literatura relevante à temática em análise. De seguida, procede-se à apresentação dos objetivos, onde se encontra descrita a formulação das hipóteses fundamentadas na literatura. A etapa subsequente inclui a descrição detalhada da metodologia, abrangendo a caracterização dos participantes, o instrumento utilizado, os procedimentos de investigação e os procedimentos estatísticos. Posteriormente, são descritos os resultados obtidos, seguidos da respetiva discussão na qual se estabelece uma análise comparativa entre estes e os dados reportados na literatura científica. No final, encontra-se a conclusão, que sintetiza as principais implicações e contributos do estudo, e as referências bibliográficas e anexos pertinentes.

A importância de realizar este estudo prende-se com o facto de a família ser concetualizada como um sistema, uma vez que os membros que a compõem interagem necessariamente entre si (Pereira, 2024). Esta perspetiva, baseada no modelo sistémico, que, ao contrário de diversos modelos de saúde mental que se centram no indivíduo como unidade de diagnóstico e intervenção, desloca o foco para o sistema de relações entre os

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

membros familiares, no seu conjunto. Neste sentido, este modelo postula que o indivíduo se encontra integrado num sistema caracterizado por membros interdependentes, de tal forma que qualquer mudança num dos elementos repercute-se, inevitavelmente, sobre todos os outros constituintes desse mesmo sistema (Gómez, 2020; Pereira, 2024).

É importante destacar que a família constitui a principal rede de apoio para os seus membros, representando um ambiente de fundamental relevância para o desenvolvimento de crianças/jovens, com o dever de promover a sua autonomia e integração social (Fernández & Coicue, 2023; Gomes, 2019; Ávila et al., 2016). Não obstante, nem sempre é possível a família suprimir todas as necessidades das crianças/jovens, o que as pode colocar numa situação de risco ou de perigo.

Mas o que é o risco? E o que é o risco familiar? O risco é conceptualizado como o resultado da interação entre fatores externos (como é o caso da influência dos pares, o ambiente escolar, as normas culturais e da comunidade) e as vulnerabilidades individuais (tais como as capacidades neurocognitivas, a tolerância à frustração e a capacidade de resolução de conflitos) que colocam a pessoa numa situação de fragilidade psicossocial (Villanueva, 2015). Como resultado da interação entre a pessoa e os fatores de risco pessoais, familiares e contextuais, as pessoas podem ter e/ou desenvolver fragilidades com elevado impacto na sua vida pessoal e familiar. Quanto mais expostos a fatores de risco, maior a probabilidade de desenvolverem estas fragilidades (Villanueva, 2015).

De acordo com Vanderley et al. (2020), viver num contexto socioeconómico desfavorável compromete a integridade das crianças/jovens, expondo-as a diversos fatores de risco, como a violência, o abuso de substâncias e à falta de segurança. O contexto socioeconómico desfavorável, coloca em causa o adequado desenvolvimento das crianças/jovens, constituindo-se como uma ameaça para as suas vidas (Vanderley et al., 2020).

Tendo isto em consideração, os profissionais que trabalham com crianças e jovens em risco ou perigo procuram métodos que permitam melhorar a prestação de serviços de proteção (Reis, 2009). Por conseguinte, as instituições responsáveis pela proteção de crianças, como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), as Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais e os Julgados de Paz, têm procurado metodologias de avaliação do risco familiar, com vista a prevenir, e/ou intervir em potenciais situações de risco no seio familiar (Reis, 2009), situação a que a EEARF procura dar resposta (dos Santos, 2018).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

A necessidade de promover estudos no âmbito do desenvolvimento de um instrumento de avaliação do risco familiar no contexto de proteção de crianças e jovens em risco é central nesta dissertação, a qual visa contribuir para a validação da EEARF (Santos & Alberto, 2017) através do estudo da sua sensibilidade e especificidade, enquanto instrumento específico para a avaliação do risco familiar.

1. Enquadramento Teórico

1.1. A Família enquanto Sistema

De acordo com o modelo sistémico, os sistemas são entidades nas quais os seus elementos constituintes se encontram em constante interação. Estas interações seguem um padrão coerente e estável, contudo, estes padrões não se traduzem apenas na soma das ações das partes individuais - um sistema é mais do que simplesmente a soma dos elementos que o compõem, constituindo o padrão de relações coerente e significativo entre as partes que lhe fornece os atributos sistémicos (Dallos & Draper, 2015).

Assim, a família é considerada um sistema complexo tendo em conta a interdependência entre os seus elementos, isto é, esta é composta por um grupo de indivíduos que interagem entre si, estabelecendo relações únicas em que os diversos membros se influenciam mutuamente, não sendo possível isolar os comportamentos e sentimentos de cada um (Dallos & Draper, 2015). É também importante ter em conta que, no que concerne ao tipo de relações, o sistema que a família compõe possui uma estrutura hierárquica, onde existem subsistemas: conjugal, fraternal, filial e parental. Concomitantemente, o sistema familiar é considerado um sistema aberto pois, para além das relações internas, os elementos constituintes do sistema estabelecem relações com o meio exterior (Dias, 2011).

É neste contexto que se destaca um aspeto importante das relações no seio familiar: as propriedades afetivas da interação humana (dos Santos, 2018). No caso da relação entre os progenitores e filhos, os primeiros têm um papel crucial na promoção dos direitos das crianças e jovens, pois segundo as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, mais concretamente o artigo 18º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro de 1990: “A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental.” Por outras palavras, os progenitores devem possuir duas capacidades essenciais, a primeira, numa vertente interna, de proteger os seus elementos, e a segunda,

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

numa vertente externa, de ser impulsionadora de condições de adaptação na comunidade (Rocha, 2020).

Para além de assegurar o desenvolvimento da criança e do adolescente, no seio e fora da família, a parentalidade é considerada positiva quando os progenitores gerem os comportamentos não desejados de forma positiva, isto é, garantem as necessidades básicas, de afeto, de confiança e de segurança, organizam um ambiente familiar estruturado, estimulante e positivo, com supervisão e disciplina positiva, dentro e fora do seio familiar (Cruz, 2014).

A família, é assim decisiva na vida das crianças/jovens, constituindo-se como responsável por estabelecer as bases dos cuidados e desenvolvimento destas, o que inclui satisfazer as necessidades de desenvolvimento que dizem respeito ao crescimento físico, emocional, social, afetivo e relacional das crianças/jovens, o que, por sua vez, lhes possibilitará a aquisição das ferramentas necessárias para se tornarem membros ativos da sociedade e do mundo que os rodeia (Batista, 2014; Relva, 2015; Rocha, 2020; Wampler & Mcwey, 2020).

Todavia esta postura nem sempre está presente. Quando a família não fornece o suporte emocional e desenvolvimental da criança e/ou jovem, constitui-se como uma fonte de stress, o que, por sua vez, pode causar um impacto negativo na saúde e bem-estar das crianças e jovens (Rocha, 2020; dos Santos, 2018).

É, no entanto, importante ressaltar que algumas vicissitudes que podem colocar em causa a parentalidade positiva não estão (ou pelo menos completamente) no controlo dos progenitores. Por exemplo, a literatura indica que a depressão pode ter um efeito negativo no desenvolvimento das crianças, nomeadamente a nível académico, socioemocional e comportamental (Teti & Cole, 2011). É notável ressaltar que a criança está num processo constante de mudança, onde se deve ter em conta a sua dinâmica individual, inter-relacional e circunstancial dado que a incerteza deste seu processo de desenvolvimento implica sempre algum tipo de risco (Rocha, 2020).

De qualquer modo, de acordo com a literatura atual, quando as famílias não atendem às necessidades básicas, afetivas ou materiais, da criança/jovem – por exemplo a nível da saúde, segurança, bem-estar mental e/ou social - seja devido às suas características biológicas ou às especificidades da sua família, o desenvolvimento geral fica comprometido, incluindo o desenvolvimento pessoal e social, o que pode levar a criança/jovem a encontrar-se numa situação de risco ou de perigo (Nunes & Ayala-Nunes, 2019; Silva, 2015).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Diversos autores apresentam exemplos de situações de risco nas crianças/jovens. Por exemplo, Silva (2015) refere no que concerne à educação, se a família se encontrar em situação de pobreza, pode impossibilitar a criança/jovem de atingir o seu desenvolvimento salubre e pleno, o que pode ter repercussões na estruturação da sua personalidade e na possibilidade de autorrealização da mesma. Também Pereira (2021), refere os fatores relacionais familiares, tais como elevados níveis de conflito e restrição afetiva como a principal razão para as dificuldades desenvolvimentais das crianças.

Nos termos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei nº 147/99, de 01 de setembro, na sua versão atualizada, adiante designada LPCJP, considera-se que a criança/jovem se encontra em situação de risco ou perigo quando:

Está abandonada ou vive entregue a si própria; quando sofre maus tratos físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais; quando não recebe cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; quando está aos cuidados de terceiros, durante um período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; quando é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; quando está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; quando assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação; quando tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional (Portugal, 1999/2015, art. 3º).

Neste contexto, verifica-se que, com base nos dados presentes no Relatório CASA de 2023, do Instituto da Segurança Social, I.P. (2024), em novembro de 2023 foram assinaladas 14.236 situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento, sendo que destas, 6 183 crianças e jovens foram colocadas em casas de acolhimento, o que parece indicar que em Portugal existe um grande número de crianças e jovens em risco ou perigo. Neste universo de 14.236 crianças/jovens, 9.582 foram sinalizadas devido a negligência dos cuidadores, 1.961 por outras causas (suporte familiar, os comportamentos desviantes, o abandono, entre outros), 1.713 por maus-tratos psicológicos, 617 por maus-tratos físicos e 395 por violência sexual (Relatório CASA, 2023).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Por conseguinte, nos casos de risco ou de perigo, apesar da proteção das crianças e jovens ser sobretudo da competência dos pais, o Estado Português pode interceder no sentido de asseverar a proteção, ao mesmo tempo que promove a extinção do risco ou do perigo, através da implementação de medidas adequadas (Artigo.º 27 da Convenção sobre os Direitos da Criança, 2019; LPCJP aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999, versão atualizada, 2018).

Assim, vista a importância da proteção de crianças e jovens (especialmente das que se encontram em situações de risco/perigo), foi criado um sistema de proteção em Portugal, cujos alicerces constam nos artigos 67º e seguintes da Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada pelo Decreto de 10 de abril de 1976, na sétima revisão constitucional. A CRP defende, no nº2 do artigo 69º, a “proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”, devendo este intervir especialmente em situações de abandono, discriminação, opressão e abuso de autoridade (Lopes et al., 2016). Esta preocupação constitucional é operacionalizada através da LPCJP. A mesma refere que não sendo possível às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) intervir no sentido de erradicar o risco/perigo em que a criança ou jovem vive, deve então ser realizada uma intervenção por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) (Lopes et al., 2021). É de destacar que, tendo em conta esta mesma Lei, as CPCJ “são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que têm como objetivos a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens, bem como a prevenção de situações suscetíveis de afetarem a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação e o seu desenvolvimento integral, deliberando com imparcialidade e independência” (n.º 1 art.º 12 da LPCJP).

No Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2021 (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2022), é salientada a necessidade de avaliar os fatores de risco e de proteção familiares das crianças e jovens de modo que seja possível protegê-los e promover os seus direitos.

1.2. Fatores Determinantes

1.2.1. Fatores de Risco

De acordo com a Base 1 do artigo 1.º da Lei de Bases da Saúde n.º 95/2019 (2019), todas as pessoas têm o direito à proteção da saúde, isto é, de usufruírem do "melhor estado de saúde físico, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

saudáveis de vida, de trabalho e de lazer". No artigo 4.º encontra-se explícito que "o Estado promove e garante o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais" (Assembleia da República, 2019, Art. 4.º). Neste sentido, a saúde não só é um direito por Lei, como deve ser assegurada pelo estado.

Mais tarde, foi consagrada a Lei da Saúde Mental (Lei n.º 35/2023, de 21 de julho), onde se encontra declarado no artigo 17.º, que "2 - O Ministério Público e as autoridades de saúde competentes devem requerer o tratamento involuntário sempre que tomem conhecimento de uma das situações de perigo previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º" (Assembleia da República, 2023). Assim, assegura-se a proteção de menores, protegendo-os contra situações de risco.

Por fim, o Plano Nacional de Saúde define-se, de uma forma geral, como um plano estratégico a nível nacional que procura melhorar a saúde e o bem-estar da população em todo o ciclo de vida. Este plano define vários compromissos até 2030, sendo que, de entre as diversas prioridades, destaca-se "i) "Proporcionar a cada criança o melhor começo de vida; ii) Prevenir todas as formas de violência interpessoal; iii) Proteger ativamente as populações que vivem em situação de maior vulnerabilidade;" (Conselho de Ministros, 2023).

De acordo com alguns autores, os fatores de risco mais relevantes, no desenvolvimento das crianças/jovens, são os conflitos conjugais e a parentalidade de baixa qualidade (Boullier & Blair, 2018; van Dijk et al., 2020). Por exemplo, a ausência de regras e responsabilidades, o facto de o progenitor não brincar com a criança/jovem (Matsukura et al., 2012), a pressão dupla da vida profissional e da vida enquanto cuidador, a ausência de orientação parental e comunicação e a instabilidade económica (Kulkarni et al., 2024). Em casos mais extremos, as desavenças matrimoniais podem resultar em violência doméstica, ofensas, alcoolismo, abusos sexuais, traumas, carências afetivas, entre outros (Rocha, 2020).

Saliente-se que a aprendizagem nas idades mais precoces é realizada pela modelação de comportamentos, ou seja, as crianças aprendem observando e imitando as figuras de vinculação (Wampler & Mcwey, 2020). Por sua vez, vínculos frágeis e caracterizados por violência podem estar associados a eventos de vida *stressantes*, o que origina, conseqüentemente, a adoção de comportamentos desadaptativos (Belfort et al., 2015; Castro & Teodoro, 2014; Hildebrand et al., 2015). De acordo com um estudo realizado em Portugal, por Cruz e colaboradores (2016), com adolescentes em acolhimento institucional, verificou-se um padrão de comportamentos de risco (violência

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

física e sexual intrafamiliar, dependência de substâncias psicoativas ilícitas) transgeracionais, isto é, comportamentos que podem ser mantidos geração após geração entre membros da mesma família (Cruz et al., 2016).

1.2.2. Fator Socioeconómico

De entre os diversos fatores de risco, este estudo destaca o contexto socioeconómico em que a criança/jovem se desenvolve. A pobreza presente no núcleo familiar, ou até mesmo a nível macro ambiental (cidade, bairro, escola), tem um impacto no desenvolvimento da criança, no sentido em que é geradora de *stress* em todos os membros da família, limita as suas oportunidades (Duncan et al., 2014). Consequentemente, altera as perspetivas do futuro, além de poder gerar uma sensação de exclusão social, o que, por sua vez, pode contribuir para a perpetuação da violência (Duncan et al., 2014). De facto, neste contexto, a criança/jovem pode perspetivar o crime e a violência como oportunidades para uma vida melhor (de Carvalho, 2013). Além disso, as crianças apresentam trajetórias mais graves de pobreza ou exclusão social, e quanto mais nova a criança, maior o nível de risco (Bastos & Machado, 2018).

1.2.3. Fatores de Proteção

O impacto negativo de alguns fatores de risco nas crianças/jovens pode ser mitigado através de vários fatores protetores que contribuem para o crescimento saudável da criança/adolescente e evite o risco de problemas de saúde mental e física na idade adulta. Ademais, os fatores de proteção devem ter em consideração as particularidades das crianças/jovens, bem como das suas famílias e dos seus contextos sociais e culturais (Rocha, 2020).

Desta forma, destaca-se a atitude dos progenitores perante a criança/jovem, os quais, devem ser asseguradas relações e vínculos afetivos de qualidade e o adequado suporte parental (Rocha, 2020, Shonkoff & Garner, 2012). A qualidade da relação parento-filial fornece proteção, afeto e pode ensinar a criança a lidar com o *stress* de forma adequada, ou seja, a criança adquire mecanismos de coping adaptativos (Rocha, 2020, Shonkoff & Garner, 2012). Por sua vez, os progenitores devem assegurar cuidados de saúde adequados, tais como a nutrição adequada à faixa etária, e ambientes fisicamente seguros que permitam à criança explorar em segurança (Rocha, 2020, Shonkoff & Garner, 2012).

É de notar que a vinculação segura nos primeiros tempos de vida da criança, é um atributo fulcral sendo, inclusive um fator de proteção no ajustamento psicossocial da criança, fomentando também a resiliência na mesma (Hopkins et al., 2013). Segundo um

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

estudo de Groh e colaboradores (2017), crianças que estabelecem uma vinculação segura apresentam um desenvolvimento positivo na medida em que demonstram ter menos problemas quer de externalização, quer de internalização.

No que toca suporte familiar na sua globalidade, a existência de uma rede familiar e social forte, tal como se pode verificar em famílias nucleares extensas, em que o apoio alargado de vários membros da família e a sua gestão eficaz deste apoio, com destaque dos irmãos e avós, contribui para o melhor desenvolvimento da criança/jovem (Rocha, 2020, Shonkoff & Garner, 2012). Um ambiente familiar saudável tem um impacto positivo no crescimento das crianças. (Kulkarni et al., 2024).

O contexto social no qual a família se encontra inserida pode ter, para esta, tanto efeitos positivos, como negativos, dependendo da sua qualidade (Nunes & Ayala-Nunes, 2019). Dos primeiros consta a rede de suporte informal e formal, o apoio emocional, a valorização, a estabilidade, a afeição e os estilos de vida participativos (Rodrigo & Palacios, 1998). Já dos segundos, faz parte a pressão social e económica, o restrito número de apoios comunitários, as imposições laborais, a carência de recursos sociais e culturais, as contestações existentes no que concerne à educação ou condutas desviantes e o incremento da violência (Rodrigo & Palacios, 1998).

Assim, a intervenção com as famílias deve ter em vista o reforço dos fatores de proteção, evitando/prevenindo os fatores de risco (Rocha, 2020).

1.3. A Avaliação do Risco Familiar

A avaliação do risco familiar constitui-se como um processo complexo e multifacetado, cujo propósito é identificar e analisar as condições ou fatores que possam comprometer o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, pelo que é importante adotar protocolos de avaliação que considerem o panorama multidimensional do desenvolvimento, bem como o seu impacto, os fenómenos culturais, sociais e outras especificidades do indivíduo (Petersen & Koller, 2006; Santos & Alberto, 2015).

Uma avaliação do risco familiar eficaz e de elevada qualidade proporciona diversos benefícios, sendo que pode permitir aos profissionais intervir com maior frequência antes da ocorrência de incidentes, ou da reincidência, em padrões de comportamento problemáticos. Porquanto, uma avaliação rigorosa do risco é essencial para planear de forma mais adequada as intervenções, garantindo que estas sejam mais estáveis e eficazes (Barlow, 2016).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Neste contexto, para além da utilização de instrumentos como escalas e baterias, o uso da entrevista apresenta uma eficácia particular, visto que permite analisar o impacto subjetivo que o evento detém sobre a criança/jovem. A análise da interpretação individual desta realidade permite, por exemplo, perceber o nível global de *stress* e os métodos de *coping* e, assim, delinear uma intervenção adequada e ajustada à vítima (Petersen & Koller, 2006).

Existem duas abordagens predominantes na avaliação do risco, sendo elas a abordagem clínica e a abordagem atuarial (estatística). A primeira fundamenta-se na experiência e no julgamento profissional, enquanto a segunda recorre a modelos estatísticos e a dados empíricos para calcular o risco com maior objetividade e precisão (Van Der Put et al., 2017).

Em conformidade com Van Der Put et al. (2017), a abordagem atuarial apresenta um desempenho superior em relação à abordagem clínica, pois oferece uma precisão discriminativa mais elevada, de forma objetiva. Não obstante, o mesmo estudo salienta ainda que a abordagem atuarial carece de uma melhoria significativa, devido à sua capacidade limitada para orientar a gestão de caso. Por conseguinte, esta abordagem deve ser aprimorada, incorporando uma gama mais abrangente de fatores de risco dinâmicos, a fim de apoiar não apenas a formulação de hipóteses clínicas, como também a identificação de áreas de intervenção, com o objetivo de mitigar o risco (Van Der Put et al., 2017).

O progresso na criação de instrumentos para a avaliação de risco no contexto do bem-estar infantil tem sido relativamente mais lento em comparação com outras áreas, como a justiça penal juvenil. No campo da justiça criminal, a literatura reconhece a existência de quatro gerações de instrumentos de avaliação de risco (Andrews & Bonta, 2010). A primeira geração é composta por instrumentos clínicos, enquanto a segunda geração envolve instrumentos atuariais. Na terceira geração, foram desenvolvidos modelos que incorporam tanto fatores de risco dinâmicos como estáticos, permitindo uma diferenciação entre a avaliação de risco e a avaliação de necessidades. Os instrumentos de quarta geração, mais recentes, não apenas orientam os profissionais na definição de metas adequadas para a intervenção, mas também funcionam como ferramentas para o planeamento da gestão de casos, possibilitando a ligação entre as reavaliações, a avaliação inicial, os planos de serviço e a implementação de intervenções (Andrews & Bonta, 2010).

A identificação precoce de potenciais maus-tratos, antes da sua ocorrência efetiva, assume um papel fundamental na deteção do risco ou perigo, permitindo, assim, a implementação de uma intervenção precoce de forma eficaz e adequada, o que pode ser realizado através dos serviços de saúde (Van Der Put et al., 2017).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

De acordo com o Despacho n.º 13057/2023, de 20 de dezembro, a Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco (ASCJR), instituída pelo Despacho n.º 31292/2008 e posteriormente complementada pela Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), através do Despacho n.º 6378/2013, com alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5656/2017, fundamenta a sua atuação no funcionamento das equipas interdisciplinares que integram os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e os Núcleos Hospitalares de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NHACJR).

Estes núcleos intervêm particularmente nos primeiros anos de vida das crianças, período crucial em que os cuidados de saúde são primordiais, com o objetivo de monitorizar a saúde infantil junto das famílias, de forma prévia à ação de outras entidades. Por outras palavras, os serviços de saúde assumem a responsabilidade enquanto entidades de primeira linha de intervenção, com o propósito de intervir adequadamente e prevenir a (re)vitimização das crianças. Deste modo, é imperativo asseverar a qualidade do primeiro nível de intervenção, designadamente no processo de avaliação e sinalização das situações de risco ou perigo (Despacho n.º 13057/2023, de 20 de dezembro).

Neste sentido, surge a Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF) que se trata de um instrumento que, tal como o nome indica, tem como finalidade avaliar o risco familiar (dos Santos, 2018). Para esse efeito, a EEARF procura analisar os fatores de risco e de proteção familiar, a partir da análise das informações recolhidas junto dos elementos familiares e dos profissionais interventores, com vista a delinear uma intervenção específica à realidade de determinado contexto familiar (dos Santos, 2018).

2. Objetivos

O presente estudo é categorizado, do ponto de vista metodológico, como empírico, transversal e correlacional e, pretende contribuir para o estudo da sensibilidade e a especificidade da EEARF, com recurso à análise da variável socioeconómica das famílias, com crianças menores de 12 anos de idade. Complementarmente, este estudo tem ainda como objetivo avaliar o impacto do fator socioeconómico no risco familiar.

Assim, e tendo em conta o enquadramento teórico, surgem as seguintes hipóteses que conduzem este estudo:

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

- Hipótese 1: H_0 – As famílias de estatuto socioeconómico médio-alto possuem mais fatores de proteção do que as famílias de baixo estatuto socioeconómico.
 - H_1 – Não existem diferenças significativas entre as famílias de estatuto socioeconómico médio-alto e a amostra de baixo fator socioeconómico no que diz respeito aos fatores de proteção.

- Hipótese 2: H_0 – As famílias de baixo estatuto socioeconómico possuem maior nível de risco do que as famílias de estatuto socioeconómico médio-alto.
 - H_2 – Não existem diferenças significativas entre as famílias de estatuto socioeconómico médio-alto e as famílias de baixo estatuto socioeconómico no que diz respeito ao nível de risco familiar.

3. Metodologia

Como referido previamente, este estudo tem como objetivo avaliar a sensibilidade e a especificidade da EEARF (dos Santos, 2018), pelo que se trata de um estudo empírico e transversal, no qual são comparadas amostras independentes de famílias com crianças até aos 12 anos de idade, com e sem referenciação na CPCJ e em outras estruturas de proteção de crianças e jovens, sendo empregue uma metodologia de natureza quantitativa.

Segundo Goodwin (2010), a pesquisa em psicologia que dá continuidade a estudos prévios pode ocorrer através de dois métodos principais, a replicação e a extensão.

A replicação tem como objetivo verificar a robustez e resultados do estudo original. Para tal, reproduz o mesmo, recorrendo ao mesmo procedimento utilizado. A replicação direta segue de forma mais fiel o estudo original, cumprindo com rigor os métodos e condições iniciais (Goodwin, 2010).

Por outro lado, a extensão vai além da confirmação de resultados, permitindo a introdução de novas variáveis, métodos ou populações. O seu objetivo prende-se com a expansão de conhecimentos acerca do estudo em análise (Goodwin, 2010).

É importante salientar que a replicação e a extensão não se anulam, podendo, inclusive, ser aplicados em conjunto, enriquecendo o valor do estudo, validando e ampliando os conhecimentos acerca do tópico em causa (Goodwin, 2010).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Neste sentido, este estudo pode ser categorizado como uma investigação de extensão com replicação direta, uma vez que visa, simultaneamente validar a EEARF, verificando os resultados de estudos anteriores, ao mesmo tempo que pretende incrementar a compreensão do fenómeno, ao avaliar variáveis complementares ao estudo inicial.

3.1. Participantes

Os dados relativos aos participantes que compõem as duas amostras, foram recolhidos através de um processo de amostragem de conveniência, na região Norte e Centro de Portugal, e é constituída por famílias com filhos até aos 12 anos de idade, referenciadas pela Segurança Social como encontrando-se em situação de risco ou perigo.

A amostra divide-se em dois grupos, o grupo com rendimentos económicos baixos ($n = 34$) (Tabela 1) e o grupo com rendimentos económicos médios-altos ($n = 24$) (Tabela 2).

O grupo de estatuto socioeconómico baixo tinha idades compreendidas entre 19 e 52 anos ($M = 36.03$; $DP = 8.695$; $Mo = 38$), dos quais 26 elementos eram do sexo feminino (76.5%) e 8 do sexo masculino (23.5%). O número de pessoas que compunham o agregado familiar situava-se entre 2 e 7 indivíduos ($M = 3.353$; $DP = 1.300$; $Mo = 2$). No que concerne ao grau de escolaridade, 8 tinham menos que o 9º ano completo (23.5%), 10 contavam com o 9º ano concluído (29.4%), 11 dispunham do 12º ano de escolaridade (32.4%), 2 detinham uma licenciatura (5.9%), 2 possuíam mestrado (5.9%) e 1 tinha um curso técnico (2.9%). Relativamente ao estado civil dos entrevistados, 15 estavam casados (44.1%), 12 estavam solteiros (35.3%) e 7 estavam divorciados (20.6%). Em relação à naturalidade, 58.8% da amostra era composta por portugueses ($n = 20$), 26.5% por africanos ($n = 9$), 5.9% por espanhóis ($n = 2$), 2.9% por brasileiros ($n = 1$), 2.9% por búlgaros ($n = 1$) e 2.9% por ingleses ($n = 1$) (Tabela 1).

Tabela 1

Características Sociodemográficas do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo ($n = 34$)

Variáveis	n	%	Min.	Máx.	M	DP	Mo
Idade do entrevistado	34	100.0	19	52	36.03	8.70	38
Idade da criança	34	100.0	0.7	12	6.40	4.35	12
Nº de pessoas do agregado	34	100.0	2	7	3.35	1.30	2
Sexo do Entrevistado							

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Feminino	26	76.5
Masculino	8	23.5
Ambos os pais presentes	0	.
Sexo da Criança		
Feminino	17	50.0
Masculino	17	50.0
Relação com a Criança		
Progenitor	34	100.0
Cuidador	0	.
Outro	0	.
Estado Civil		
Casado	15	44.1
Solteiro	12	35.3
Divorciado	7	20.6
Escolaridade do Entrevistado		
Baixo Grau/ Analfabetismo	8	23.5
9º ano concluído	10	29.4
12º ano concluído	11	32.4
Licenciatura	2	5.9
Mestrado	2	5.9
Cursos Técnicos	1	2.9
Naturalidade		
Portuguesa	20	58.8
Brasileira	1	2.9
Inglesa	1	2.9
Africana	9	26.5
Espanhola	2	5.9
Búlgara	1	2.9
Alemã	0	.

Por sua vez, o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto era constituído por elementos com idades entre os 26 e os 50 anos ($M = 40.88$; $DP = 5.74$; $Mo = 36$), onde 19 são do sexo feminino (79.2%), 3 do sexo masculino (12.5%) e 2 entrevistas em que ambos os pais se encontram presentes (8.3%). O número de indivíduos que compõem o agregado familiar compreendia-se entre 2 e 4 elementos ($M = 2.46$; $DP = 0.59$; $Mo = 2$). Quanto à escolaridade concluída, constata-se que 33.3% ($n = 8$) possuem um mestrado, 50% são licenciados ($n = 12$), 12.5% têm o 12º ano concluído ($n = 3$) e 4.2% dispõem do 9º ano ($n = 1$). No que diz respeito ao estado civil, 1 indivíduo encontra-se casado (4.2%), enquanto 23 estão divorciados (95.8%). Relativamente à naturalidade, 83.3% são autóctones ($n = 20$), 12.5% são provenientes do Brasil ($n = 3$) e 4.2% têm origem alemã ($n = 1$) (Tabela 2).

Como se pode observar na Tabela 1, as crianças do grupo de baixo estatuto socioeconómico têm idades compreendidas entre 7 meses e 12 anos ($M = 6.40$; $DP = 4.35$; $Mo = 12$), das quais 17 são do sexo feminino (50%) e 17 (50%) do sexo masculino. Concomitantemente, as crianças da amostra de estatuto socioeconómico médio-alto têm

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

idades entre 1 e 12 anos ($M = 7.58$; $DP = 3.27$; $Mo = 11$), das quais 13 (54.2%) são do sexo feminino e 11 (45.8%) do sexo masculino (Tabela 2).

Tabela 2

Características Sociodemográficas do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)

Variáveis	n	%	Min.	Máx.	M	DP	Mo
Idade do Entrevistado	24	100.0	26	50	40.88	5.74	36
Idade da Criança	24	100.0	1	12	7.58	3.27	11
Nº de pessoas do agregado	24	100.0	2	4	2.46	0.59	2
Sexo do Entrevistado							
Feminino	19	79.2					
Masculino	3	12.5					
Ambos os pais presentes	2	8.3					
Sexo da Criança							
Feminino	13	54.2					
Masculino	11	45.8					
Relação com a Criança							
Progenitor	24	100.0					
Cuidador	0	.					
Outro	0	.					
Estado Civil							
Casado	1	4.2					
Solteiro	0	.					
Divorciado	23	95.8					
Escolaridade do Entrevistado							
Baixo Grau/ Analfabetismo	0	.					
9º ano concluído	1	4.2					
12º ano concluído	3	12.5					
Licenciatura	12	50.0					
Mestrado	8	33.3					
Cursos Técnicos	0	.					
Naturalidade							
Portuguesa	20	83.3					
Brasileira	3	12.5					
Inglesa	0	.					
Africana	0	.					
Espanhola	0	.					
Búlgara	0	.					
Alemã	1	4.2					

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

3.2. Instrumento

A Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF) é um instrumento de quarta geração que se fundamenta no Julgamento Profissional Estruturado para avaliar o risco familiar e que conta com 13 itens com uma escala de tipo Likert (que é utilizada para avaliar fatores de risco familiares e fatores relevantes para a gestão do risco familiar), sendo também constituído por 8 itens com uma escala dicotómica, que avaliam os fatores relevantes para a gestão do risco familiar e os fatores protetores (dos Santos, 2018).

A EEARF é composta por 13 parâmetros de fatores de risco, que incluem os seguintes: *Saúde/Doença física, Saúde mental, Abuso de álcool e/ou drogas, Educação/Escola/Formação, Trabalho/Emprego, Condições habitacionais/Mobilidade, Problemas legais/Delinquência, Violência (física e psicológica), Dissonância ética/social, Pobreza, Rede social, Segurança Social, e Família/Parentalidade* (dos Santos, 2018). A avaliação destes fatores é efetuada com recurso a uma escala de tipo *Likert*, de 6 pontos, sendo atribuída uma pontuação com base nas informações prestadas pelo indivíduo entrevistado.

O entrevistador procede à avaliação dos parâmetros da seguinte forma (dos Santos, 2018):

- Pontuação **(0)** *Não se identificam dificuldades nesta área;*
- Pontuação **(1)** *Pai/mãe/cuidador identificam dificuldades; propõem uma intervenção adequada e dirigida às dificuldades identificadas; podem também conseguir identificar as complicações possíveis e fornecem estratégias concretas para as reduzir/evitar;*
- Pontuação **(2)** *Pai/mãe/cuidador identificam dificuldades; expressam soluções indefinidas face às dificuldades identificadas; até podem identificar as complicações possíveis, mas não sabem como diminuir/evitá-las;*
- Pontuação **(3)** *Pai/mãe/cuidador identificam dificuldades, mas não reconhecem a necessidade de concretizar ações para resolver os problemas; podem não identificar dificuldades que agravem a situação atual ou caso as identifiquem, não as consideram relevantes;*

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

- Pontuação **(4)** Pai/mãe/cuidador identificam dificuldades e propõem estratégias mal adaptativas para lidar com os problemas; referem não saber como ou não querem resolver a dificuldades encontradas; fornecem soluções que podem piorar os problemas ou "soluções mágicas".
- Pontuação **(5)** Os pais negam, não mencionam ou omitem a(s) dificuldade(s); há referências concreta (informantes, documentos oficiais, registos, etc.) para problemas existentes neste domínio. (dos Santos, 2018).

Já para os fatores de proteção, a EEARF adota uma cotação dicotómica, sendo classificados como “presentes” ou “ausentes”, com valores atribuídos de 1 ou 0, respetivamente (dos Santos, 2018). Os fatores de proteção são: *Elevada persistência de disciplina, Baixo nível de conflituosidade conjugal, Adequado nível de colaboração interparental, História de baixo nível de punição física, Mãe pós adolescente, Adequada supervisão parental, Pares pró-sociais, Vizinhaça pró-social, Baixo nível de stress parental, Elevado envolvimento nas atividades familiares, Elevado nível de colaboração pais/avaliadores, Sistema familiar estável e caloroso, Pai com papel protetor, Mãe com papel protetor, Outros familiares com papel protetor e Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos.*

Tendo sido desenvolvida inicialmente para a avaliação do risco de famílias com filhos adolescentes com problemáticas criminais e, uma vez que estes jovens, na sua maioria, tiveram uma sinalização como crianças/jovens em risco ou perigo, procurou-se averiguar o comportamento deste instrumento através da análise da sua sensibilidade e especificidade em famílias com crianças até aos 12 anos de idade, com o propósito de verificar a sua potencial utilidade como instrumento de avaliação precoce das situações de risco familiar.

3.3. Procedimentos da investigação

O presente estudo encontra-se inserido num projeto de investigação desenvolvido pela Universidade da Beira Interior (UBI), denominado “Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar”. Deste modo, previamente foi efetuado um pedido de autorização à Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior, tendo-se obtido parecer favorável para a realização do estudo.

Adicionalmente, foi estabelecido contacto com a Segurança Social e entidades privadas que atuam neste âmbito para recolha da amostra. Para tal, foi solicitado a cada

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

indivíduo o preenchimento do consentimento informado para a sua participação, referindo o carácter voluntário da sua participação.

A EEARF foi administrada a um dos cuidadores significativos da criança/jovem nas diferentes amostras, com vista a avaliar o seu risco familiar. Os critérios de inclusão implicavam ter filhos até aos 12 anos de idade e encontrarem-se referenciados pelos serviços de proteção de menores e/ou da Segurança Social. A partir da recolha da amostra foi posteriormente realizada uma análise descritiva, multivariada e correlacional, onde foram comparadas as amostras forenses de baixo e médio-alto rendimento socioeconómico, bem como uma comparação com a amostra da população geral.

3.4. Procedimentos de análise quantitativa

Para a análise de dados quantitativos, recorreu-se ao programa *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (v.30, SPSS Inc; Chicago, II.), para o *Windows* 11. Realizaram-se os testes de Kolmogorov-Smirnov para testar a normalidade das subescalas, posteriormente optou-se pelo teste de Levene para avaliar a homogeneidade das variâncias. Após recorrer a estes testes e concluir que se trata de um estudo não paramétrico, fez-se a análise da consistência interna, através do cálculo do Coeficiente *Alpha* de *Cronbach*. De seguida recorreu-se à Matriz de Correlação, para analisar a correlação entre as variáveis. Por fim, de modo a comparar o grupo de estatuto socioeconómico baixo e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto usaram-se os Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon e as Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon.

4. Resultados

4.1. Análise quantitativa

4.1.1. Normalidade das subescalas

A análise de normalidade da distribuição amostral do grupo socioeconómico baixo foi realizada com recurso ao teste de Kolmogorov-Smirnov pelo facto de se tratar de uma amostra com mais de 30 elementos como propõem Field (2013) e Marôco (2018).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Como se pode verificar na Tabela 3, constatou-se que a distribuição dos dados na amostra de baixo estatuto socioeconómico, para cada uma das variáveis em estudo revelaram um $p < .05$, pelo que não possuem uma distribuição normal (Field, 2013; Marôco, 2018). Todavia, a soma dos fatores de risco tem um valor de $p = .031$ ($p = >.005$), o que significa que esta variável conta com uma distribuição normal (Field, 2013; Marôco, 2018) (Tabela 3).

Tabela 3

Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov dos Fatores de Risco para o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n =34)

	Estatística	gl	Sig.
Saúde Física	.455	34	<.001
Saúde Mental	.419	34	<.001
Abuso de Substâncias	.473	34	<.001
Educação	.289	34	<.001
Emprego	.192	34	.003
Habitação e Transporte	.226	34	<.001
Problemas Legais	.476	34	<.001
Violência	.409	34	<.001
Dissonância Étnica/Social	.466	34	<.001
Pobreza	.195	34	.002
Rede Social	.233	34	<.001
Segurança Social	.495	34	<.001
Família e Parentalidade	.216	34	<.001
SOMA dos Fatores de Risco	.158	34	.031

Por sua vez, para o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto recorreu-se ao teste de Shapiro-Wilk por se tratar de amostra com menos de 30 elementos, do qual se verificou que a distribuição dos dados na amostra, para cada uma das variáveis em estudo, revelaram um $p < .005$, assim como para a soma dos fatores de risco, pelo que não possui uma distribuição normal (Field, 2013; Marôco, 2018) (Tabela 4).

Concomitantemente, ainda no grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, o item “Habitação e Transporte” não contém variabilidade interindividual, isto é, tem frequência constante dentro de cada amostra, o que não permitiu o cálculo da normalidade (Tabela 4).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Tabela 4

Teste de Normalidade Shapiro-Wilk dos Fatores de Risco para o Grupo de Estatuto Socioeconômico Médio-Alto (n = 24)

	Estatística	gl	Sig.
Saúde Física	.472	24	<.001
Saúde Mental	.725	24	<.001
Abuso de Substâncias	.396	24	<.001
Educação	.209	24	<.001
Emprego	.209	24	<.001
Habitação e Transporte	.	24	.
Problemas Legais	.770	24	<.001
Violência	.598	24	<.001
Dissonância Étnica/Social	.454	24	<.001
Pobreza	.466	24	<.001
Rede Social	.431	24	<.001
Segurança Social	.636	24	<.001
Família e Parentalidade	.682	24	<.001
SOMA dos Fatores de Risco	.849	24	.002

Relativamente aos fatores protetores, para o grupo de baixo estatuto socioeconômico, verificou-se que apenas a soma dos fatores de proteção tem uma distribuição normal, pois $p\text{-value} = .200$ ($p > .005$), enquanto as restantes variáveis têm um valor de $p < .005$ (Fiel, 2009; Marôco, 2018) (Tabela 5).

O mesmo se constata para o grupo de estatuto socioeconômico médio-alto, no qual, as variáveis dos fatores de proteção, não possuem uma distribuição normal, uma vez que $p < .005$. Contudo, a soma dos fatores de proteção tem um $p\text{-value} = .011$ ($p > .005$), pelo que já conta com uma distribuição normal (Field, 2013; Marôco, 2018) (Tabela 6).

É de ressaltar que, no grupo socioeconômico médio-alto, os itens “Mãe pós-adolescente” e “Pares pró-sociais” não contêm variabilidade interindividual, uma vez não terem frequência constante dentro da amostra, o que, por sua vez, não permitiu o cálculo da normalidade (Tabela 6).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 5

Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov dos Fatores de Proteção para o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34)

	Estadística	G1	Sig.
Elevada persistência de disciplina	.353	34	<.001
Baixo nível de conflituosidade conjugal	.353	34	<.001
Adequado nível de colaboração interparental	.368	34	<.001
História de baixo nível de punição física	.458	34	<.001
Mãe pós-adolescente	.538	34	<.001
Adequada supervisão parental	.512	34	<.001
Pares pró-sociais	.486	34	<.001
Vizinhança pró-social	.429	34	<.001
Baixo nível de <i>stress</i> parental	.512	34	<.001
Elevado envolvimento nas atividades familiares	.523	34	<.001
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	.472	34	<.001
Sistema familiar estável e caloroso	.472	34	<.001
Pai com papel protetor	.414	34	<.001
Mãe com papel protetor	.523	34	<.001
Outros familiares com papel protetor	.383	34	<.001
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	.532	34	<.001
SOMA dos Fatores Protetores	.121	34	.200*

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Tabela 6

Teste de Normalidade Shapiro-Wilk dos Fatores de Proteção para o Grupo de Estatuto Socioeconômico Médio-Alto (n = 24)

	Estatística	gl	Sig.
Elevada persistência de disciplina	.393	24	<.001
Baixo nível de conflituosidade conjugal	.454	24	<.001
Adequado nível de colaboração interparental	.503	24	<.001
História de baixo nível de punição física	.393	24	<.001
Mãe pós-adolescente	.	24	.
Adequada supervisão parental	.616	24	<.001
Pares pró-sociais	.	24	.
Vizinhança pró-social	.209	24	<.001
Baixo nível de <i>stress</i> parental	.573	24	<.001
Elevado envolvimento nas atividades familiares	.316	24	<.001
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	.316	24	<.001
Sistema familiar estável e caloroso	.503	24	<.001
Pai com papel protetor	.629	24	<.001
Mãe com papel protetor	.209	24	<.001
Outros familiares com papel protetor	.616	24	<.001
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	.598	24	<.001
SOMA dos Fatores Protetores	.886	24	.011

4.1.2. Homogeneidade da variância

Ademais, foi também efetuado o teste de homogeneidade das variâncias entre o grupo de baixo e estatuto socioeconômico médio-alto (teste de Levene), uma vez não ter sido possível realizar o mesmo para cada grupo, dado não haver pares de dispersão/nível exclusivos suficientes para esse efeito.

Observando a Tabela 7, constatou-se que a soma dos fatores de risco não apresentou homogeneidade de variâncias ($p\text{-value} = <.001, p <.05$), no entanto, de acordo com a Tabela 8, verificou-se que a soma dos fatores de proteção apresentou homogeneidade de variâncias ($p\text{-value} = .665, p <.05$) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Ainda neste sentido, foi também testada a homogeneidade de variância para os itens dos fatores de risco e dos fatores protetores. Deste modo, para os fatores de risco, apenas os itens “Abuso de substâncias” e “Família e Parentalidade” possuem $p\text{-value} >$

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

.05, o que demonstra que existe homogeneidade de variâncias (Tabela 7) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Por outro lado, os itens “saúde física”, “saúde mental”, “educação”, “emprego”, “habitação e transporte”, “problemas legais”, “violência”, “dissonância étnica/social”, “pobreza”, “rede social” e “segurança social” têm $p\text{-value} < .05$, pelo que não possuem homogeneidade de variância (Tabela 7) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Tabela 7

Teste de Homogeneidade de Variância dos Fatores de Risco com Base na Média (n = 58)

	Estatística de Levene	gl1	gl2	Sig.
Saúde Física	14.566	1	56	<.001
Saúde Mental	10.020	1	56	.003
Abuso de Substâncias	.924	1	56	.341
Educação	18.850	1	56	<.001
Emprego	49.364	1	56	<.001
Habitação e Transporte	58.203	1	56	<.001
Problemas Legais	9.182	1	56	.004
Violência	12.103	1	56	<.001
Dissonância Étnica/Social	8.207	1	56	.006
Pobreza	17.247	1	56	<.001
Rede Social	9.870	1	56	.003
Segurança Social	9.369	1	56	.003
Família e Parentalidade	3.594	1	56	.063
SOMA dos Fatores de Risco	14.801	1	56	<.001

No que concerne aos fatores de proteção, foi possível verificar que os itens com homogeneidade de variância, ou seja, com $p\text{-value} > .05$, foram “elevado envolvimento nas atividades familiares”, “sistema familiar estável e caloroso”, “pai com papel protetor” e “outros familiares com papel protetor” (Tabela 8) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Todavia, os restantes itens, isto é, “elevada persistência de disciplina”, “baixo nível de conflituosidade conjugal”, “adequado nível de colaboração interparental”, “história de baixo nível de punição física”, “mãe pós-adolescente”, “adequada supervisão parental”, “pares pró-sociais”, “vizinhança pró-social”, “baixo nível de *stress* parental”, “elevado nível de colaboração de pais/avaliadores”, “mãe com papel protetor” e “jovem e pais com

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

vínculos afetivos mútuos” contam com *p-value* <.05, pelo que não possuem homogeneidade de variância (Tabela 8) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Tabela 8

Teste de Homogeneidade de Variância dos Fatores de Proteção com Base na Média (n = 58)

	Estatística de Levene	gl1	gl2	Sig.
Elevada persistência de disciplina	40.878	1	56	<.001
Baixo nível de conflituosidade conjugal	25.353	1	56	<.001
Adequado nível de colaboração interparental	14.347	1	56	<.001
História de baixo nível de punição física	7.787	1	56	.007
Mãe pós-adolescente	6.591	1	56	.013
Adequada supervisão parental	15.103	1	56	<.001
Pares pró-sociais	43.796	1	56	<.001
Vizinhança pró-social	58.246	1	56	<.001
Baixo nível de <i>stress</i> parental	6.953	1	56	.011
Elevado envolvimento nas atividades familiares	.710	1	56	.403
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	11.308	1	56	<.001
Sistema familiar estável e caloroso	.232	1	56	.632
Pai com papel protetor	.815	1	56	.371
Mãe com papel protetor	4.482	1	56	.039
Outros familiares com papel protetor	.319	1	56	.575
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	25.879	1	56	<.001
SOMA dos Fatores Protetores	.189	1	56	.665

De acordo com Field (2013) e Marôco (2018), uma vez que os testes de normalidade e homogeneidade da variância dos fatores protetores e dos fatores de risco, quer para a amostra de baixo estatuto socioeconômico, quer para a amostra de estatuto socioeconômico médio-alto, demonstrarem que não existe uma distribuição normal, nem homogeneidade de todas as variáveis em estudo, dever-se-á recorrer a testes não paramétricos.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

4.2.3. Análise da consistência interna

A consistência interna do instrumento foi realizada através do cálculo do Coeficiente *Alpha* de *Cronbach*. Assim, para o grupo de baixo estatuto socioeconômico, tanto para os fatores de risco ($\alpha = .68$) (Tabela 7), quanto para os fatores protetores ($\alpha = .65$) (Tabela 8), verificou-se ter uma confiabilidade aceitável, dado que $\alpha \approx .07$ e, de acordo com Field (2013), para escalas não unidimensionais, um ponto de corte de 0.7 é considerado mais adequado, dado que valores elevados podem comprometer a interpretação multidimensional destas escalas

Tabela 9

Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Risco do Grupo de Baixo Estatuto Socioeconômico (n = 34)

<i>Alpha</i> de <i>Cronbach</i>	Média da escala se o item for excluído	Variância da escala se o item for excluído	Correlação item-total corrigida	<i>Alpha</i> de <i>Cronbach</i> se o item for excluído
Fatores de risco (.675)				
Saúde Física	27.09	168.689	.324	.658
Saúde Mental	26.94	157.633	.589	.630
Abuso de Substâncias	27.50	173.894	.394	.662
Educação	6.94	172.724	.276	.664
Emprego	26.50	180.136	.053	.681
Habitação e Transporte	26.65	169.266	.419	.654
Problemas Legais	27.18	171.301	.285	.663
Violência	27.00	173.455	.184	.671
Dissonância Étnica/Social	27.38	178.486	.147	.674
Pobreza	25.44	161.709	.546	.639
Rede Social	26.47	166.014	.467	.648
Segurança Social	27.41	178.250	.172	.673
Família e Parentalidade	25.32	172.589	.284	.664
SOMA dos Fatores de Risco	13.88	44.592	.997	.570

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Tabela 10

Análise de Consistência Interna através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Proteção do Grupo de Baixo Estatuto Socioeconômico (n = 34)

<i>Alpha de Cronbach</i>	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach</i> se o item for excluído
Fatores de Proteção (.654)				
Elevada persistência de disciplina	21.0588	25.451	.297	.638
Baixo nível de conflituosidade conjugal	21.0000	24.121	.572	.615
Adequado nível de colaboração interparental	21.0882	23.780	.649	.608
História de baixo nível de punição física	20.7941	25.987	.228	.645
Mãe pós-adolescente	20.5882	27.462	-.117	.662
Adequada supervisão parental	20.6765	26.044	.287	.643
Pares pró-sociais	20.7353	24.928	.520	.626
Vizinhança pró-social	21.2059	26.775	.046	.658
Baixo nível de <i>stress</i> parental	21.3824	25.758	.367	.638
Elevado envolvimento nas atividades familiares	20.6471	26.235	.264	.645
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	20.7647	25.458	.364	.636
Sistema familiar estável e caloroso	20.7647	24.731	.539	.623
Pai com papel protetor	20.8824	25.804	.241	.643
Mãe com papel protetor	20.6471	26.599	.154	.651
Outros familiares com papel protetor	20.9412	27.754	-.148	.674
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	20.6176	25.819	.453	.637
SOMA dos Fatores Protetores	10.6765	6.165	.977	.577

Concomitantemente, para o grupo amostral de estatuto socioeconômico médio-alto, verificou-se a existência de valores de confiabilidade questionável, uma vez que para os fatores de risco $\alpha = .63$ (Tabela 9). No entanto, no mesmo grupo, para os fatores

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

protetores, encontrou-se um valor de $\alpha = .72$ (Tabela 10), o que significa que a sua confiabilidade é aceitável.

Tabela 11

Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Risco do Grupo de Estatuto socioeconómico médio-alto (n = 24)

<i>Alpha de Cronbach</i>	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
Fatores de risco (.625)				
Saúde Física	13.33	31.710	.217	.617
Saúde Mental	12.63	30.418	.208	.615
Abuso de Substâncias	13.13	27.245	.373	.584
Educação	13.46	31.911	.247	.617
Emprego	13.50	32.870	.130	.626
Problemas Legais	12.67	33.188	-.049	.642
Violência	12.88	34.810	-.321	.658
Dissonância Étnica/Social	13.38	23.332	.171	.622
Pobreza	13.29	29.694	.476	.589
Rede Social	13.21	26.259	.651	.542
Segurança Social	12.50	33.391	-.073	.639
Família e Parentalidade	11.79	27.216	.487	.567
SOMA dos Fatores de Risco	6.75	8.370	.998	.337

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Tabela 12

Análise de Consistência Interna Através do Alpha de Cronbach Para os Fatores de Proteção do Grupo de Estatuto socioeconômico médio-alto (n = 24)

<i>Alpha de Cronbach</i>	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	<i>Alpha de Cronbach se o item for excluído</i>
Fatores de proteção (.720)				
Elevada persistência de disciplina	18.4583	26.172	.186	.718
Baixo nível de conflituosidade conjugal	19.1667	23.884	.779	.685
Adequado nível de colaboração interparental	19.1250	23.853	.716	.686
História de baixo nível de punição física	18.4583	25.476	.392	.709
Adequada supervisão parental	18.7083	23.868	.583	.690
Vizinhança pró-social	18.3750	26.505	.181	.720
Baixo nível de <i>stress</i> parental	19.0417	23.346	.750	.680
Elevado envolvimento nas atividades familiares	18.4167	26.601	.085	.723
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	18.4167	26.080	.266	.716
Sistema familiar estável e caloroso	19.1250	23.853	.716	.686
Pai com papel protetor	18.9167	24.428	.451	.699
Mãe com papel protetor	18.3750	26.505	.181	.720
Outros familiares com papel protetor	18.7083	27.694	-.194	.743
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	18.6667	23.797	.617	.688
SOMA dos Fatores Protetores	8.7083	6.824	.994	.738

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

4.2.4. Correlações entre as variáveis

Com o objetivo de testar as correlações não paramétricas dos fatores de risco do grupo de baixo estatuto socioeconómico, foi analisado o τ de Kendall. Deste modo, verificou-se que existem correlações fortes positivas entre a segurança social e os problemas legais ($\tau = .64, p < .01$) e entre família e parentalidade e pobreza ($\tau = .51, p < .01$) (Tabela 13).

De igual modo, constatou-se também que existe uma correlação moderada negativa entre o emprego e a saúde física ($\tau = -.40, p < .01$) e entre a família e parentalidade e a segurança social ($\tau = -.38, p < .01$) (Tabela 13).

Em contraste existem relações moderadas positivas entre a segurança social e a saúde física ($\tau = .30, p < .01$), entre a violência e a saúde mental ($\tau = .30, p < .01$), entre a rede social e a educação ($\tau = .34, p < .01$), entre a rede social e a pobreza ($\tau = .31, p < .01$), entre a família e parentalidade e a rede social ($\tau = .38, p < .01$) (Tabela 13).

Existe também uma correlação fraca positiva entre a família e parentalidade e a saúde mental ($\tau = .29, p < .01$) (Tabela 13).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 13

Matriz de Correlação dos Fatores de Risco da EEARF Para o Grupo de Baixo Estatuto Socioeconómico (t de Kendall, 1 extremidade, n = 34)

	<i>SF</i>	<i>SM</i>	<i>AS</i>	<i>ED</i>	<i>EM</i>	<i>HT</i>	<i>PL</i>	<i>V</i>	<i>DES</i>	<i>P</i>	<i>RS</i>	<i>SS</i>	<i>FP</i>
<i>SF</i>	1.00												
<i>SM</i>	.20	1.00											
<i>AS</i>	.12	.28	1.00										
<i>ED</i>	-.07	.21	.02	1.00									
<i>EM</i>	-.40**	-.27	-.26	-.01	1.00								
<i>HT</i>	.26	.27	.20	-.05	.13	1.00							
<i>PL</i>	.19	.12	.15	-.24	.27	.22	1.00						
<i>V</i>	-.06	.30*	.20	-.15	-.03	-.16	.04	1.00					
<i>DES</i>	.09	-.07	-.03	-.01	-.09	.18	.08	.01	1.00				
<i>P</i>	.08	.09	-.02	.09	.04	.13	.17	.11	.11	1.00			
<i>RS</i>	-.09	.23	-.03	.34*	.10	.18	-.16	.02	.16	.31*	1.00		
<i>SS</i>	.30*	.20	.16	-.28	.19	.16	.64**	.10	-.06	.03	-.11	1.00	
<i>FP</i>	-.08	.29*	.03	-.03	-.22	-.08	-.22	.27	-.00	.51**	.38*	-.38*	1.00

SF – Saúde Física; SM – Saúde Mental; AS – Abuso de Substâncias; ED – Educação; EM – Emprego; HT – Habitação e Transporte; PL – Problemas Legais; V – Violência; DES – Dissonância Étnica/Social; P – Pobreza; RS – Rede Social; SS – Segurança Social; FP - Família e Parentalidade

** A correlação é significativa no nível .05 (1 extremidade)*

*** A correlação é significativa no nível .01 (1 extremidade)*

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Nos fatores de proteção do grupo de baixo estatuto socioeconómico (Tabela 14), obtiveram-se correlações fortes e positivas entre o baixo nível de conflituosidade conjugal e a história de baixo nível de punição física ($\tau = .50, p < .01$), o adequado nível de colaboração parental e o pai com papel protetor ($\tau = .53, p < .01$), o elevado nível de colaboração pais/avaliadores e o elevado envolvimento nas atividades familiares ($\tau = .66, p < .01$), jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .56, p < .01$).

Foi também encontrada uma correlação forte negativa entre outros familiares com papel protetor e a história de baixo nível de punição física ($\tau = -.50, p < .01$) (Tabela 14).

O adequado nível de supervisão parental foi a variável com mais correlações moderadas positivas entre as quais com o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = .48, p < .01$), com a história de baixo nível de punição física ($\tau = .40, p < .01$), com o baixo nível de stress parental ($\tau = .30, p < .01$), o elevado nível de colaboração entre pais e avaliadores ($\tau = .35, p < .01$) e o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .35, p < .01$) (Tabela 14).

Além destas, existem correlações moderadas positivas entre a elevada persistência de disciplina e os pares pró-sociais ($\tau = .33, p < .01$), a elevada persistência de disciplina e o elevado envolvimento nas atividades familiares ($\tau = .34, p < .01$), o sistema familiar estável e caloroso e o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = .31, p < .01$), os jovens e pais com vínculos afetivos mútuos e a adequada supervisão parental ($\tau = .36, p < .01$) e entre o pai com papel protetor e a vizinhança pró-social ($\tau = .31, p < .01$) (Tabela 14).

As variáveis elevado envolvimento das atividades familiares e mãe pós adolescente ($\tau = .30, p < .01$), o sistema familiar estável e caloroso e a adequada supervisão parental ($\tau = .36, p < .01$), a mãe com papel protetor e a adequada supervisão parental ($\tau = .36, p < .01$), os pares pró-sociais e a vizinhança pró-social ($\tau = .35, p < .01$) e a mãe com papel protetor e o elevado nível de colaboração entre pais e avaliadores ($\tau = .44, p < .01$), contam com correlações moderadas positivas (Tabela 14).

Ainda de acordo com a Tabela 14, verifica-se que a variável pai com papel protetor tem, de igual modo, uma correlação fraca positiva estabelecida com a variável baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = .29, p < .01$).

Existem ainda, correlações moderadas negativas entre outros familiares com papel protetor e elevada persistência de disciplina ($\tau = -.41, p < .01$), vizinhança pró-social e mãe pós-adolescente ($\tau = -.36, p < .01$), elevado nível de colaboração entre pais e avaliadores e vizinhança pró-social ($\tau = -.36, p < .01$), mãe com papel protetor e vizinhança pró-social (τ

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

= -0.33 , $p < .01$) e outros familiares com papel protetor e elevado envolvimento nas atividades familiares ($\tau = -0.31$, $p < .01$) (Tabela 14).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 14

Matriz de Correlação dos Fatores de Proteção da EEARF Para o Grupo de Baixo Estatuto Socioeconómico (t de Kendall, 1 extremidade, n = 34)

	<i>EPD</i>	<i>BNC</i>	<i>ANC</i>	<i>HBN</i>	<i>MPA</i>	<i>ASP</i>	<i>PPS</i>	<i>VPS</i>	<i>BNS</i>	<i>EEA</i>	<i>ENC</i>	<i>SFE</i>	<i>PPP</i>	<i>MPP</i>	<i>OPP</i>	<i>JPV</i>
<i>EPD</i>	1.00															
<i>BNC</i>	.18	1.00														
<i>ANC</i>	.11	.48**	1.00													
<i>HBN</i>	.17	.50**	.40**	1.00												
<i>MPA</i>	-.02	.02	-.03	.13	1.00											
<i>ASP</i>	.23	-.06	.03	-.25	-.10	1.00										
<i>PPS</i>	.33*	.25	.16	-.14	-.13	.20	1.00									
<i>VPS</i>	-.02	.02	-.24	-.01	-.36*	.11	.35*	1.00								
<i>BNS</i>	.11	.23	.30*	.06	-.25	-.06	.21	.07	1.00							
<i>EEA</i>	.34*	.02	.14	-.01	.30*	.11	.27	-.14	-.11	1.00						
<i>ENC</i>	.25	.17	.35*	.14	.16	.16	.23	-.36*	.04	.66**	1.00					
<i>SFE</i>	-.03	.31*	.35*	.14	-.14	.36*	.23	.24	.23	.01	.02	1.00				
<i>PPP</i>	-.17	.29*	.53**	-.03	-.19	-.13	.08	-.02	.31*	-.27	-.27	.17	1.00			

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

<i>MPP</i>	.16	.02	.14	-.01	-.09	.36*	-.19	-.33*	.15	.15	.44**	.23	-.27	1.00		
<i>OPP</i>	-.41**	-.07	-.10	-.50**	.05	.16	.17	-.06	-.16	-.31*	-.18	-.04	.26	-.12	1.00	
<i>JPV</i>	.09	.12	.28	.05	-.08	.16	.36*	.22	.13	.21	.07	.56**	.20	-.11	-.05	1.00

EPD – Elevada Persistência de Disciplina; BNC – Baixo Nível de Conflituosidade Conjugal; ANC – Adequado Nível de Colaboração Interparental; HBN – História de Baixo Nível de Punição Física; MPA – Mãe pós-adolescentes; ASP – Adequada Supervisão Parental; PPS – Pares Pró-Sociais; VPS – Vizinhança Pró-Social; BNS – Baixo Nível de Stress Parental; EEA – Elevado Envolvimento nas Atividades Familiares; ENC – Elevado nível de colaboração pais/avaliadores; SFE – Sistema Familiar Estável e Caloroso; PPP – Pai com Papel Protetor; MPP – Mãe com Papel Protetor; OPP – Outros Familiares com Papel Protetor; JPV – Jovem e Pais com Vínculos Afetivos Mútuos.

* A correlação é significativa no nível 0.05 (1 extremidade)

** A correlação é significativa no nível 0.01 (1 extremidade)

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Da análise da força das correlações entre os fatores de risco e os fatores de proteção do grupo de baixo estatuto socioeconómico, concluiu-se que existem correlações fortes negativas, as quais se encontram estabelecidas entre a pobreza e pares pró-sociais ($\tau = -.56, p < .01$), a violência e o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.57, p < .01$), a violência e a história de baixo nível de punição física ($\tau = -.69, p < .01$) e outros familiares com papel protetor e saúde física ($\tau = -.50, p < .01$) (Tabela 15).

Em contrapartida, existem correlações fracas negativas entre o abuso de substâncias e a elevada persistência de disciplina ($\tau = -.29, p < .01$), o abuso de substâncias e o pai com papel protetor ($\tau = -.29, p < .01$) e a segurança social e o pai com papel protetor ($\tau = -.29, p < .01$) (Tabela 15).

Além destas foi também possível concluir que existem correlações moderadas e negativas entre as variáveis abuso de substâncias e baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.49, p < .01$), emprego e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = -.43, p < .01$), sistema familiar e caloroso com problemas legais ($\tau = -.42, p < .01$), baixo nível de conflituosidade conjugal e família e parentalidade ($\tau = -.47, p < .01$), dissonância étnica/social e pares pró-sociais ($\tau = -.48, p < .01$), habitação e transporte e adequada supervisão parental ($\tau = -.42, p < .01$), habitação e transporte e pares pró-sociais ($\tau = -.43, p < .01$), habitação e transporte e sistema familiar estável e caloroso ($\tau = -.47, p < .01$) e habitação e transporte e jovens e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = -.37, p < .01$) (Tabela 15).

A variável família e parentalidade conta com diversas correlações moderadas negativas, entre as quais com a variável elevada persistência de disciplina ($\tau = -.31, p < .01$), adequado nível de colaboração interparental ($\tau = -.37, p < .01$), história de baixo nível de punição física ($\tau = -.30, p < .01$), pares pró-sociais ($\tau = -.32, p < .01$) e o baixo nível de *stress* parental ($\tau = -.40, p < .01$) (Tabela 15).

Aditivamente, também a variável pobreza tinha correlações moderadas negativas com a elevada persistência de disciplina ($\tau = -.31, p < .01$), o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.40, p < .01$) e o adequado nível de colaboração interparental ($\tau = -.36, p < .01$). Tal como a anterior, a variável problemas legais tem também correlações moderadas negativas, estabelecidas com a adequada supervisão parental ($\tau = -.38, p < .01$), a vizinhança pró-social ($\tau = -.35, p < .01$) e o jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = -.37, p < .01$) (Tabela 15).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Do mesmo modo, existem correlações moderadas negativas entre a saúde mental e o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.33, p < .01$), a saúde física e a adequada supervisão parental ($\tau = -.37, p < .01$), a saúde física e os pares pró-sociais ($\tau = -.31, p < .01$), a saúde mental e os pares pró-sociais ($\tau = -.30, p < .01$), a saúde mental e o pai com papel protetor ($\tau = -.35, p < .01$), o emprego e a mãe pós-adolescente ($\tau = -.34, p < .01$), o emprego e o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = -.34, p < .01$), a violência e o adequado nível de colaboração interparental ($\tau = -.32, p < .01$), a dissonância étnica/social e a vizinhança pró-social ($\tau = -.35, p < .01$), a dissonância étnica/social e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = -.31, p < .01$), a rede social e o baixo nível de *stress* parental ($\tau = -.39, p < .01$) e a segurança social e outros familiares com papel protetor ($\tau = -.38, p < .01$) (Tabela 15).

De acordo com a Tabela 15, constata-se a existência de correlações moderadas positivas entre a saúde física e a história de baixo nível de punição física ($\tau = .33, p < .01$) e os problemas legais e a história de baixo nível de punição física ($\tau = .30, p < .01$).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Tabela 15

Matriz de Correlação dos Fatores de Risco e de Proteção da EEARF na Amostra de Baixo Estatuto Socioeconômico (τ de Kendall, 1 extremidade, $n = 34$)

	SF	SM	AS	ED	EM	HT	PL	V	DES	P	RS	SS	FP
EPD	-.01	.03	-.29*	.05	.01	.03	-.06	-.24	-.21	-.31*	-.01	.03	-.31*
BNC	.09	-.33*	-.49**	.02	.08	.05	-.12	-.57**	.16	-.40*	-.04	.00	-.47**
ANC	.21	-.08	-.23	.18	-.01	-.12	-.03	-.32*	.13	-.36*	-.12	-.09	-.37*
HBN	.33*	.06	-.07	.03	-.01	.20	.30*	-.69**	.11	-.16	.09	.28	-.30*
MPA	.14	.16	.12	.04	-.34*	.15	.13	-.120	.13	-.05	.06	.12	.01
ASP	-.37*	-.14	-.01	.25	.01	-.42**	-.38*	-.05	-.17	-.13	.03	-.22	-.14
PPS	-.31*	-.30*	-.18	.15	.11	-.43**	-.28	-.12	-.48**	-.56**	-.27	-.12	-.32*
VPS	-.12	-.03	.01	.12	-.03	-.19	-.35*	-.17	-.35*	-.08	-.10	-.14	.11
BNS	.14	-.06	-.19	-.12	.12	-.21	.15	.06	-.21	-.18	-.39*	.26	-.40*
EEA	-.03	.01	-.11	.09	-.15	-.11	-.07	.03	-.01	-.16	-.14	.17	-.25
ENC	-.16	.19	-.12	.06	.01	-.13	.09	.03	-.07	-.15	-.05	.26	-.23
SFE	.11	-.12	-.10	.24	-.34*	-.47**	-.42**	-.21	-.21	-.16	-.04	-.26	-.13
PPP	-.02	-.35*	-.29*	-.10	.06	-.12	-.08	-.21	.07	-.08	-.22	-.29*	-.04
MPP	.01	.23	-.05	.19	-.01	-.12	.19	.23	-.04	.18	.09	.17	-.06
OPP	-.50**	-.12	-.06	.19	.20	-.22	-.28	.20	-.04	.06	.19	-.38*	.26
JPV	.17	-.26	-.14	.05	-.43**	-.37*	-.37*	-.26	-.31*	-.02	-.10	-.11	-.10

SF – Saúde Física; SM – Saúde Mental; AS – Abuso de Substâncias; ED – Educação; EM – Emprego; HT – Habitação e Transporte; PL – Problemas Legais; V – Violência; DES – Dissonância Étnica/Social; P – Pobreza; RS – Rede Social; SS – Segurança Social; FP - Família e Parentalidade; EPD – Elevada Persistência de Disciplina; BNC – Baixo Nível de Conflituosidade Conjugal; ANC – Adequado Nível de Colaboração Interparental; HBN – História de Baixo Nível de Punição Física; MPA – Mãe pós-adolescentes; ASP – Adequada Supervisão Parental; PPS

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

– Pares Pró-Sociais; VPS – Vizinhaça Pró-Social; BNS – Baixo Nível de Stress Parental; EEA – Elevado Envolvimento nas Atividades Familiares; ENC – Elevado nível de colaboração pais/avaliadores; SFE – Sistema Familiar Estável e Caloroso; PPP – Pai com Papel Protetor; MPP – Mãe com Papel Protetor; OPP – Outros Familiares com Papel Protetor; JPV – Jovem e Pais com Vínculos Afetivos Mútuos.

* A correlação é significativa no nível 0.05 (1 extremidade)

** A correlação é significativa no nível 0.01 (1 extremidade)

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Para os fatores de risco do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, constatou-se que a variável rede social tem correlações fortes positivas com as variáveis saúde física ($\tau = .67, p < .01$) e pobreza ($\tau = .74, p < .01$). Além destas, existe também uma correlação forte positivas entre a pobreza e o emprego ($\tau = .51, p < .01$). Por outro lado, existe uma correlação forte negativa entre as variáveis violência e pobreza ($\tau = -.63, p < .01$) (Tabela 16).

Ademais, é possível observar a existência de correlações moderadas e positivas entre a saúde física e o emprego ($\tau = .44, p < .01$), a saúde física e a dissonância étnica/social ($\tau = .42, p < .01$), a saúde física e a pobreza ($\tau = .42, p < .01$), a educação e os problemas legais ($\tau = .37, p < .01$), a educação e a dissonância étnica/social ($\tau = .47, p < .01$), a educação e a segurança social ($\tau = .45, p < .01$), a dissonância étnica/social e a pobreza ($\tau = .35, p < .01$) e a rede social e o emprego ($\tau = .42, p < .01$) (Tabela 16).

Em contraste, existem também correlações moderadas negativas entre a saúde física e os problemas legais ($\tau = -.49, p < .01$), os problemas legais e a pobreza ($\tau = -.46, p < .01$), a violência e a dissonância étnica/social ($\tau = -.40, p < .01$) e a violência e a rede social ($\tau = -.41, p < .01$) (Tabela 16).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 16

Matriz de Correlação dos Fatores de Risco da EEARF Para o Grupo de Estatuto socioeconómico médio-alto (t de Kendall, 1 extremidade, n = 24)

	SF	SM	AS	ED	EM	HT	PL	V	DES	P	RS	SS	FP
SF	1.00												
SM	.31	1.00											
AS	-.17	-.10	1.00										
ED	-.09	.34	-.08	1.00									
EM	.44*	.07	-.08	-.04	1.00								
HT	1.00							
PL	-.49**	-.08	-.14	.37*	-.32	.	1.00						
V	-.18	-.04	-.01	-.30	-.30	.	1.8	1.00					
DES	.42*	.28	-.17	.47*	-.09	.	-.31	-.40*	1.00				
P	.42*	-.03	.21	-.09	.51*	.	-.46*	-.63**	.35*	1.00			
RS	.67**	.15	.23	-.09	.42*	.	-.27	-.41*	.11	.74**	1.00		
SS	-.05	.12	-.32	.45*	-.02	.	.31	.06	.21	-.30	-.31	1.00	
FP	-.09	.11	.20	.15	.15	.	.17	-.13	-.27	.08	.24	-.07	1.00

SF – Saúde Física; SM – Saúde Mental; AS – Abuso de Substâncias; ED – Educação; EM – Emprego; HT – Habitação e Transporte; PL – Problemas Legais; V – Violência; DES – Dissonância Étnica/Social; P – Pobreza; RS – Rede Social; SS – Segurança Social; FP - Família e Parentalidade

** A correlação é significativa no nível .05 (1 extremidade)*

*** A correlação é significativa no nível .01 (1 extremidade)*

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Relativamente aos fatores de proteção do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, foi possível observar que a variável com mais correlações fortes positivas foi o baixo nível de conflituosidade conjugal. Estas correlações verificaram-se com as variáveis adequado nível de colaboração interparental ($\tau = .87, p < .01$), baixo nível de *stress* parental ($\tau = .70, p < .01$), sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .87, p < .01$) e pai com papel protetor ($\tau = .53, p < .01$) (Tabela 17).

Concomitantemente, na variável o adequado nível de colaboração interparental também é possível verificar a existência de correlações fortes positivas com três variáveis distintas, sendo elas o baixo nível de *stress* parental ($\tau = .57, p < .01$), o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .75, p < .01$) e o pai com papel protetor ($\tau = .61, p < .01$) (Tabela 17).

Além destas, foi possível verificar correlações fortes positivas entre a elevada persistência de disciplina e o elevado nível de colaboração de pais/colaboradores ($\tau = .80, p < .01$), a história de baixo nível de punição física e a vizinhança pró-social ($\tau = .55, p < .01$), a história de baixo nível de punição física e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = .54, p < .01$), a adequada supervisão parental e o baixo nível de *stress* parental ($\tau = .50, p < .01$), a adequada supervisão parental e o jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($\tau = .73, p < .01$), o baixo nível de punição física e o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .57, p < .01$), o elevado envolvimento nas atividades familiares e a mãe com papel protetor ($\tau = .69, p < .01$), jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e a história de baixo nível de punição física ($\tau = .54, p < .01$) e o sistema familiar estável e caloroso e o pai com papel protetor ($\tau = .61, p < .01$) (Tabela 17).

Além do mais, obtiveram-se também correlações moderadas positivas entre o baixo nível de conflituosidade conjugal e a adequada supervisão parental ($\tau = .35, p < .01$), jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e o adequado nível de colaboração interparental ($\tau = .36, p < .01$), o sistema familiar estável caloroso e a adequada supervisão parental ($\tau = .40, p < .01$), jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e baixo nível de *stress* parental ($\tau = .45, p < .01$) e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = .36, p < .01$) (Tabela 17).

Todavia, existem correlações moderadas negativas entre outros familiares com papel protetor e o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.35, p < .01$), o pai com papel protetor e o elevado envolvimento nas atividades familiares ($\tau = -.36, p < .01$) e pai com papel protetor e outros familiares com papel protetor ($\tau = -.39, p < .01$) (Tabela 17).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 17

Matriz de Correlação dos Fatores de Proteção da EEARF Para o Grupo de Estatuto socioeconómico médio-alto (t de Kendall, 1 extremidade, n = 24)

	EPD	BNC	ANC	HBN	MPA	ASP	PPS	VPS	BNS	EEA	ENC	SFE	PPP	MPP	OPP	JPV
EPD	1.00															
BNC	.17	1.00														
ANC	.19	.87**	1.00													
HBN	-.14	.17	.19	1.00												
MPA	1.00											
ASP	-.03	.35*	.19	.23	.	1.00										
PPS	1.00									
VPS	-.08	.09	.11	.55**	.	-.16	.	1.00								
BNS	.24	.70**	.57**	.24	.	.50**	.	.13	1.00							
EEA	.34	.14	.16	-.11	.	.08	.	-.06	.19	1.00						
ENC	.80* *	.14	.16	-.11	.	.08	.	-.06	.19	-.09	1.00					
SFE	-.12	.87**	.75**	.19	.	.40*	.	.11	.57**	-.22	.16	1.00				

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

PPP	.06	.53**	.61**	.32	.	.13	.	.18	.20	-.36*	.26	.61*	1.00			
MPP	-.08	.09	.11	-.08	.	.27	.	-.04	.13	.69**	-.06	.11	-.25	1.00		
OPP	-.03	-.35*	-.45	-.03	.	.11	.	-.16	-.07	-.23	.08	-.24	-.39*	-.16	1.00	
JPV	-.27	.32	.36*	.54**	.	.73**	.	.30	.45*	.11	-.21	.36*	.24	.30	.00	1.00

EPD – Elevada Persistência de Disciplina; BNC – Baixo Nível de Conflituosidade Conjugal; ANC – Adequado Nível de Colaboração Interparental; HBN – História de Baixo Nível de Punição Física; MPA – Mãe pós-adolescentes; ASP – Adequada Supervisão Parental; PPS – Pares Pró-Sociais; VPS – Vizinhança Pró-Social; BNS – Baixo Nível de Stress Parental; EEA – Elevado Envolvimento nas Atividades Familiares; ENC – Elevado nível de colaboração pais/avaliadores; SFE – Sistema Familiar Estável e Caloroso; PPP – Pai com Papel Protetor; MPP – Mãe com Papel Protetor; OPP – Outros Familiares com Papel Protetor; JPV – Jovem e Pais com Vínculos Afetivos Mútuos.

* A correlação é significativa no nível 0.05 (1 extremidade)

** A correlação é significativa no nível 0.01 (1 extremidade)

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

De acordo com a Tabela 18, é possível constatar que a associação entre os fatores de risco e os fatores de proteção da amostra de estatuto socioeconómico médio-alto, é pautada por diversas correlações fortes e moderadas, sejam elas positivas ou negativas.

Assim, verificou-se que a variável sistema familiar estável e caloroso é a que conta com mais correlações fortes e positivas, mais especificamente com a saúde física ($\tau = .61, p < .01$), a dissonância étnica e social ($\tau = .60, p < .01$), a pobreza ($\tau = .87, p < .01$) e com a rede social ($\tau = .62, p < .01$) (Tabela 18).

Tanto a variável baixo nível de conflituosidade conjugal, como a variável adequado nível de colaboração interparental, apresentam correlações fortes positivas com a saúde física ($\tau = .71, p < .01$ e $\tau = .61, p < .01$, respetivamente), com a dissonância étnica e social ($\tau = .70, p < .01$ e $\tau = .60, p < .01$, respetivamente) e com a pobreza ($\tau = .67, p < .01$ e $\tau = .57, p < .01$, respetivamente). Além destas, existe mais uma correlação forte positiva entre o pai com papel protetor e a pobreza ($\tau = .53, p < .01$) (Tabela 18).

Não obstante, existem diversas correlações fortes negativas estabelecidas entre a elevada persistência de disciplina e a educação ($\tau = -.55, p < .01$), o elevado nível de colaboração entre pais e avaliadores e a educação ($\tau = -.69, p < .01$), a adequada supervisão parental e a segurança social ($\tau = -.50, p < .01$), jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e a violência ($\tau = -.50, p < .01$) e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e sistema familiar estável e caloroso ($\tau = -.51, p < .01$) (Tabela 18).

Além das referidas, a variável problemas legais tem também correlações fortes negativas estabelecidas com o baixo nível de conflituosidade conjugal ($\tau = -.68, p < .01$), com o adequado nível de colaboração interparental ($\tau = -.78, p < .01$), com o baixo nível de stress parental ($\tau = -.65, p < .01$) e com o sistema familiar estável e caloroso ($\tau = -.60, p < .01$) (Tabela 18).

Aliás, de acordo com a Tabela 18 é possível verificar a existência de correlações moderadas positivas entre o baixo nível de *stress* parental e a saúde física ($\tau = .46, p < .01$), outros familiares com papel protetor e a saúde mental ($\tau = .35, p < .01$), o baixo nível de conflituosidade conjugal e o emprego ($\tau = .47, p < .01$), o adequado nível de colaboração interparental e o emprego ($\tau = .41, p < .01$) e o sistema familiar estável e caloroso com o emprego ($\tau = .41, p < .01$).

Há ainda correlações moderadas positivas entre o baixo nível de conflituosidade conjugal e a rede social ($\tau = .39, p < .01$), a adequada supervisão parental e a pobreza ($\tau =$

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

.35, $p < .01$), o baixo nível de *stress* parental e a dissonância étnica e social ($\tau = .45$, $p < .01$), o baixo nível de *stress* parental e a pobreza ($\tau = .43$, $p < .01$) (Tabela 18).

Por último, vale ressaltar também as correlações moderadas negativas entre a elevada persistência de disciplina e a família e parentalidade ($\tau = -.40$, $p < .01$), o baixo nível de conflituosidade conjugal e a violência ($\tau = -.40$, $p < .01$), a adequada supervisão parental e a violência ($\tau = -.37$, $p < .01$), o elevado envolvimento nas atividades familiares e o abuso de substâncias ($\tau = -.36$, $p < .01$), o pai com papel protetor e a violência ($\tau = -.48$, $p < .01$) e a mãe com papel protetor e a segurança social ($\tau = -.45$, $p < .01$) (Tabela 18).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 18

Matriz de Correlação dos Fatores de Risco e de Proteção da EEARF na Amostra de Estatuto socioeconómico médio-alto (τ de Kendall, 1 extremidade, $n = 24$)

	SF	SM	AS	ED	EM	HT	PL	V	DES	P	RS	SS	FP
EPD	.17	-.29	-.25	-.55**	.08	.	-.29	.27	-.17	-.20	-.21	.03	-.40*
BNC	.71**	.13	-.17	-.09	.47*	.	-.68**	-.40*	.70**	.67**	.39*	-.05	-.27
ANC	.61**	-.03	.13	-.11	.41*	.	-.78**	-.29	.60**	.57**	.31	-.05	-.17
HBN	-.15	.09	.14	.08	.08	.	-.10	-.27	.17	.17	-.14	.04	.17
MPA
ASP	.13	.26	-.22	-.27	.16	.	-.30	-.37*	.12	.35*	.13	-.50**	.10
PPS
VPS	.09	-.07	.08	.04	.04	.	-.05	-.15	.09	.09	.09	.02	.22
BNS	.46*	.20	-.24	-.13	.33	.	-.65**	-.32	.45*	.43*	.20	-.26	-.02
EEA	.13	-.30	-.36*	.06	.06	.	-.08	.11	.14	-.30	-.32	.02	-.10
ENC	.13	-.30	.11	-.69**	.06	.	-.30	.11	-.27	.13	.13	-.31	.22
SFE	.61**	.15	.13	-.11	.41*	.	-.60**	-.51**	.60**	.87**	.62**	-.27	-.07
PPP	.31	-.06	.21	-.18	.25	.	-.28	-.48**	.30	.53**	.32	.11	.04

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

MPP	.09	-.34	.08	.04	.04	.	-.05	-.15	.09	.09	.09	-.45*	.22
OPP	-.32	.35*	.02	.16	-.27	.	.15	.00	-.12	-.12	-.08	-.11	-.05
JPV	.09	.26	.02	.15	.15	.	-.31	-.50**	.32	.32	.10	-.32	.33

SF – Saúde Física; SM – Saúde Mental; AS – Abuso de Substâncias; ED – Educação; EM – Emprego; HT – Habitação e Transporte; PL – Problemas Legais; V – Violência; DES – Dissonância Étnica/Social; P – Pobreza; RS – Rede Social; SS – Segurança Social; FP - Família e Parentalidade; EPD – Elevada Persistência de Disciplina; BNC – Baixo Nível de Conflituosidade Conjugal; ANC – Adequado Nível de Colaboração Interparental; HBN – História de Baixo Nível de Punição Física; MPA – Mãe pós-adolescentes; ASP – Adequada Supervisão Parental; PPS – Pares Pró-Sociais; VPS – Vizinhança Pró-Social; BNS – Baixo Nível de Stress Parental; EEA – Elevado Envolvimento nas Atividades Familiares; ENC – Elevado nível de colaboração pais/avaliadores; SFE – Sistema Familiar Estável e Caloroso; PPP – Pai com Papel Protetor; MPP – Mãe com Papel Protetor; OPP – Outros Familiares com Papel Protetor; JPV – Jovem e Pais com Vínculos Afetivos Mútuos.

** A correlação é significativa no nível 0.05 (1 extremidade)*

*** A correlação é significativa no nível 0.01 (1 extremidade)*

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

4.2.5. Comparação entre o grupo de estatuto socioeconómico baixo ($n = 34$) e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto ($n = 24$)

Considerando as condições relativas à ausência de homocedasticidade e de distribuição normal, recorreu-se ao teste não paramétrico de Mann-Whitney, com o objetivo de comparar as eventuais diferenças entre o grupo de estatuto socioeconómico baixo e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, avaliando, assim, as hipóteses do presente estudo.

Tendo em conta as Tabelas 19 e 20, observou-se que o grupo de estatuto socioeconómico baixo apresenta um maior número de fatores de risco ($U = 114.500$, $W = 414.500$, $p < .001$) comparativamente com o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, indicando que as diferenças observadas entre os dois grupos são estatisticamente significativas. Este resultado confirma a hipótese nula (H_0) da segunda hipótese deste estudo. Por outro lado, relativamente aos fatores de proteção, verificou-se uma maior prevalência dos mesmos no grupo de estatuto socioeconómico médio-alto ($U = 380.500$, $W = 680.500$, $p = .661$), em comparação com o grupo de baixo estatuto socioeconómico, o que, por conseguinte, corrobora a hipótese nula (H_0) da primeira hipótese do estudo (Tabelas 19 e 20).

Tabela 19

Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto

Socioeconómico Baixo ($n = 34$) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto ($n = 24$)

	Grupo de estatuto socioeconómico baixo		Grupo de estatuto socioeconómico médio-alto	
	Posto médio	Soma de classificações	Posto médio	Soma de classificações
SOMA dos fatores de risco	38.13	1296.50	17.27	414.50
SOMA dos fatores protetores	30.31	1030.50	28.35	680.50

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 20

Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon entre o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)

	SOMA dos Fatores de Risco	SOMA dos Fatores de Proteção
U de Mann-Whitney	114.500	380.500
Wilcoxon W	414.500	680.500
Z	-4.648	-.438
Sig. exata (1 extremidade)	<.001	.661

De igual modo, procedeu-se à realização do teste Mann-Whitney e o teste de soma e dos postos de Wilcoxon para os itens relacionados com os fatores de risco (Tabelas 21 e 22) e para os itens dos fatores de proteção (Tabelas 23 e 24).

Conforme as Tabelas 21 e 22, observou-se que os itens saúde mental ($U = 290.000$, $W = 885.000$, $p < .040$), educação ($U = 235.500$, $W = 535.500$, $p < .001$), emprego ($U = 142.000$, $W = 442.000$, $p < .001$), habitação e transporte ($U = 156.000$, $W = 456.000$, $p < .001$), problemas legais ($U = 238.500$, $W = 833.500$, $p = .003$), pobreza ($U = 71.000$, $W = 371.000$, $p < .001$), rede social ($U = 215.500$, $W = 515.500$, $p < .001$), segurança social ($U = 166.000$, $W = 761.000$, $p < .001$) e família e parentalidade ($U = 239.000$, $W = 539.000$, $p = .005$) apresentaram diferenças significativas, para um p -value de 5%, entre o grupo de estatuto socioeconómico baixo e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto.

Tabela 21

Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24) para os Fatores de Risco

	Grupo socioeconómico baixo		Grupo socioeconómico médio-alto	
	Posto médio	Soma de classificações	Posto médio	Soma de classificações
Saúde Física	30.74	1045.00	27.75	666.00
Saúde Mental	26.03	885.00	34.42	826.00

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconômico

Abuso de Substâncias	29.94	1018.00	28.88	693.00
Educação	34.57	1175.50	22.31	535.50
Emprego	37.32	1269.00	18.42	442.00
Habitação e Transporte	36.91	1255.00	13.00	456.00
Problemas Legais	24.51	833.50	36.53	877.50
Violência	26.68	907.00	33.50	804.00
Dissonância Étnica/Social	30.26	1029.00	28.42	682.00
Pobreza	39.41	1340.00	15.46	371.00
Rede Social	35.16	1195.50	21.48	515.50
Segurança Social	22.38	761.00	39.58	950.00
Família e Parentalidade	34.47	1172.00	22.46	539.00

Tabela 22

Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon para os Fatores de Risco entre o Grupo de Estatuto Socioeconômico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconômico Médio-Alto (n = 24)

	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Sig exata (2 extremidades)
SF	366.000	666.000	-.937	.349
SM	290.000	885.000	-2.057	.040
AS	393.000	693.000	-.376	.707
ED	235.500	535.500	-3.397	<.001
EM	142.000	442.000	-4.723	<.001
HT	156.000	456.000	-4.650	<.001
PL	238.500	833.500	-3.002	.003
V	312.000	907.000	-1.698	.090
DES	382.000	682.000	-.601	.548
P	71.000	371.000	-5.541	<.001
RS	215.500	515.500	-3.391	<.001
SS	166.000	761.000	-4.207	<.001
FP	239.000	539.000	-2.810	.005

SF – Saúde Física; SM – Saúde Mental; AS – Abuso de Substâncias; ED – Educação; EM – Emprego; HT – Habitação e Transporte; PL – Problemas Legais; V – Violência; DES – Dissonância Étnica/Social; P – Pobreza; RS – Rede Social; SS – Segurança Social; FP - Família e Parentalidade

Por outro lado, no que concerne aos fatores de proteção entre o grupo de estatuto socioeconômico baixo e o grupo de estatuto socioeconômico médio-alto, os itens elevada persistência de disciplina ($U = 243.000$, $W = 838.000$, $p = .002$), baixo nível de

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

conflituosidade conjugal ($U = 260.000$, $W = 560.000$, $p < .005$), adequada supervisão parental ($U = 315.000$, $W = 615.000$, $p = .048$), pares pró-sociais ($U = 324.000$, $W = 919.000$, $p = .019$), vizinhança pró-social ($U = 149.000$, $W = 744.000$, $p < .001$), sistema familiar estável e caloroso ($U = 181.000$, $W = 481.000$, $p < .001$) e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos ($U = 308.000$, $W = 608.000$, $p = .020$) demonstraram existir diferenças significativas entre os dois grupos, dado que $p < .05$ (Tabelas 23 e 24).

Tabela 23

Postos Médios e Soma de Classificações de Wilcoxon do Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo ($n = 34$) e do Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto ($n = 24$) para os Fatores de Proteção

	Grupo socioeconómico baixo		Grupo socioeconómico médio-alto	
	Posto médio	Soma de classificações	Posto médio	Soma de classificações
Elevada persistência de disciplina	24.65	838.00	36.38	873.00
Baixo nível de conflituosidade conjugal	33.85	1151.00	23.33	560.00
Adequado nível de colaboração interparental	32.29	1098.00	25.54	613.00
História de baixo nível de punição física	27.82	946.00	31.88	765.00
Mãe pós-adolescente	28.79	979.00	30.50	732.00
Adequada supervisão parental	32.24	1096.00	25.63	615.00
Pares pró-sociais	27.03	919.00	33.00	792.00
Vizinhança pró-social	21.88	744.00	40.29	967.00
Baixo nível de <i>stress</i> parental	27.76	944.00	31.96	767.00
Elevado envolvimento nas atividades familiares	29.09	989.00	30.08	722.00
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	27.68	941.00	32.08	770.00
Sistema familiar estável e caloroso	36.18	1230.00	20.04	481.00
Pai com papel protetor	23.26	1097.00	25.58	614.00
Mãe com papel protetor	28.59	972.00	30.79	739.00
Outros familiares com papel protetor	29.06	988.00	30.13	723.00
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	32.44	1103.00	25.33	60.00

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Tabela 24

Estatísticas do Teste Mann-Whitney e Teste da Soma dos Postos de Wilcoxon para os Fatores de Proteção entre o Grupo de Estatuto Socioeconómico Baixo (n = 34) e o Grupo de Estatuto Socioeconómico Médio-Alto (n = 24)

	<i>U</i> de Mann-Whitney	Wilcoxon <i>W</i>	<i>Z</i>	Sig exata (2 extremidades)
EPD	243.000	838.000	-3.129	.002
BNC	260.000	560.000	-2.780	.005
ANC	313.000	613.000	-1.822	.069
HBN	351.000	946.000	-1.282	.200
MPA	384.000	979.000	-1.199	.231
ASP	315.000	615.000	-1.981	.048
PPS	324.000	919.000	-2.350	.019
VPS	149.000	744.000	-4.793	<.001
BNS	349.000	944.000	-1.327	.184
EEA	394.000	989.000	-.419	.675
ENC	346.000	941.000	-1.496	.135
SFE	181.000	481.000	-4.147	<.001
PPP	314.000	614.000	-1.723	.085
MPP	377.000	972.000	-1.007	.314
OPP	393.000	988.000	-.279	.780
JPV	308.000	608.000	-2.325	.020

EPD – Elevada Persistência de Disciplina; BNC – Baixo Nível de Conflituosidade Conjugal; ANC – Adequado Nível de Colaboração Interparental; HBN – História de Baixo Nível de Punição Física; MPA – Mãe pós-adolescentes; ASP – Adequada Supervisão Parental; PPS – Pares Pró-Sociais; VPS – Vizinhança Pró-Social; BNS – Baixo Nível de Stress Parental; EEA – Elevado Envolvimento nas Atividades Familiares; ENC – Elevado nível de colaboração pais/avaliadores; SFE – Sistema Familiar Estável e Caloroso; PPP – Pai com Papel Protetor; MPP – Mãe com Papel Protetor; OPP – Outros Familiares com Papel Protetor; JPV – Jovem e Pais com Vínculos Afetivos Mútuos.

Discussão

O presente estudo visa contribuir para a análise da sensibilidade e especificidade da EEARF (dos Santos, 2018), ao avaliar o impacto do fator socioeconómico no risco familiar. Para tal, foram utilizadas duas amostras: uma de baixo estatuto socioeconómico e outra de estatuto socioeconómico médio-alto. Neste contexto, torna-se imprescindível compreender as inter-relações entre estes fatores, bem como o impacto direto que exercem sobre o desenvolvimento da criança/jovem e na dinâmica do sistema familiar.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Por conseguinte, para testar a normalidade da distribuição amostral do grupo de estatuto socioeconómico baixo recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Smirnov, uma vez tratar-se de uma amostra superior a 30 elementos. Assim, para os fatores de risco (Tabela 3) e de proteção (Tabela 5) desta amostra conclui-se que não possuem uma distribuição normal, dado que $p < 0.05$. Não obstante, a soma dos fatores de risco ($p\text{-value} = .031$) (Tabela 3) e a soma dos fatores de proteção ($p\text{-value} = .200$) (Tabela 5), contam com uma distribuição normal, pois $p = >.005$ (Field, 2013; Marôco, 2018).

Em contrapartida, para a amostra de estatuto socioeconómico médio-alto, foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk, por se tratar de um grupo amostral com menos de 30 elementos. Deste modo, para os fatores de risco e para a soma dos mesmos, constatou-se não existir uma distribuição normal, pois revelaram um $p < .005$ (Tabela 4). Quanto aos fatores de proteção, verificou-se também não existir uma distribuição normal, à exceção da soma dos fatores de proteção, que conta com $p\text{-value} = .011$ ($p > .005$), o que significa que tem distribuição normal (Tabela 6) (Field, 2013; Marôco, 2018).

Relativamente ao teste de Levene, concluiu-se que tanto para os fatores de risco, como para os fatores de proteção, não existe homogeneidade de variância de todas as suas variáveis (Tabelas 7 e 8).

Destarte, quer para a amostra de baixo estatuto socioeconómico, quer para a amostra de estatuto socioeconómico médio-alto, não existe normalidade, nem homogeneidade da variância para os fatores de risco e de proteção, pelo que foi necessário recorrer a testes não paramétricos (Field, 2013; Marôco, 2018).

Foi utilizado o Coeficiente *Alpha* de *Cronbach*, para avaliar a consistência interna do instrumento, verificando-se que a amostra de estatuto socioeconómico baixo e a amostra de estatuto socioeconómico médio-alto, apresentam uma confiabilidade aceitável, pois $\alpha \approx .07$ (Tabelas 11 e 12). É de referir que não é justificável a exclusão de nenhum item, pois não aumenta de forma significativa o valor do *Alpha* de *Cronbach*, o que vai ao encontro dos estudos realizados sobre este instrumento (dos Santos, 2018).

Ademais, para avaliar as correlações dos fatores de risco e de proteção, quer do grupo de baixo estatuto socioeconómico, quer do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Kendall, uma vez tratar-se de uma medida não paramétrica, que pode ser usada quando não existe uma distribuição normal (Field, 2013; Marôco, 2018).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Deste modo, no grupo de baixo estatuto socioeconómico, para os fatores de risco, constatou-se que a rede social tem um impacto substancial, evidenciado pelas correlações positivas estabelecidas com a educação, a pobreza e a família e parentalidade. Este resultado sugere a presença de um fenómeno de acumulação de desvantagens, no qual as redes sociais, em contextos marcados pela privação, deixam de desempenhar uma função protetora, podendo, pelo contrário, contribuir para a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade. Esta correlação entre os fatores sociais e económicos encontra-se descrita na literatura, que evidencia como estes riscos se articulam, comprometendo o funcionamento familiar e limitando as oportunidades educativas (Masarik & Conger, 2017).

De forma análoga, para os fatores de risco do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, a rede social emergiu como um fator de risco relevante, pois apresenta correlações positivas fundadas com a saúde física, a pobreza e o emprego. Existe uma outra correlação positiva digna de ressalva entre a pobreza e o emprego (Tabela 16). Este resultado é consistente com os estudos de Conger et al., 2010 e de Emmen et al., 2013, que descrevem como o fator socioeconómico influencia a forma como os pais criam os filhos, sendo que o rendimento familiar, o nível de escolaridade e o emprego dos pais influenciam diretamente o acesso a recursos e oportunidades.

No que concerne aos fatores de proteção do grupo de baixo estatuto socioeconómico concluiu-se que existem correlações positivas significativas entre o baixo nível de conflituosidade conjugal e a história de baixo nível de punição física, o adequado nível de colaboração parental e o pai com papel protetor, o elevado nível de colaboração entre pais avaliadores e o elevado envolvimento nas atividades familiares, jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e sistema familiar estável e caloroso e sistema familiar estável e caloroso e o baixo nível de conflituosidade conjugal (Tabela 14). Tais resultados vão ao encontro do estudo de Steiner e colaboradores 2019, que indica que a presença de vínculos familiares sólidos contribui para o desenvolvimento de múltiplos fatores de proteção, atenuando, simultaneamente, o sofrimento emocional e a ocorrência de comportamentos violentos.

Além do referido, a variável adequado nível de supervisão parental mostrou múltiplas correlações positivas com os demais fatores de proteção (nomeadamente com o baixo nível de conflituosidade conjugal, com a história de baixo nível de punição física, com o baixo nível de stress parental, com o elevado nível de colaboração entre pais e avaliadores, com o sistema familiar estável e caloroso, com os jovens e pais com vínculos afetivos mútuos e com a mãe com papel protetor) (Tabela 14). Tal como referido por

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Rocha (2020) a intervenção junto das famílias deverá centrar-se no reforço dos fatores de proteção e na mitigação dos fatores de risco.

Relativamente aos fatores de proteção do grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, a variável baixo nível de conflituosidade conjugal teve diversas associações positivas, mais especificamente com o adequado nível de colaboração interparental, o baixo nível de *stress* parental, o sistema familiar estável e caloroso e o pai com papel protetor. É importante referir as correlações positivas entre a história de baixo nível de punição física e jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e entre o baixo nível de punição física e o sistema familiar estável e caloroso (Tabela 17), o que é corroborado também pelo estudo de Conger et al. (2010), que evidencia a importância da dinâmica familiar e da consistência parental enquanto elementos centrais na promoção da resiliência.

Da análise da Tabela 15, que compara os fatores de risco com os fatores de proteção da amostra de baixo estatuto socioeconómico, concluiu-se que há correlações negativas entre a violência e o baixo nível de conflituosidade conjugal, assim como entre a violência e a história de baixo nível de punição física. A pobreza apresentou correlações negativas com a elevada persistência de disciplina, com o baixo nível de conflituosidade conjugal e com o adequado nível de colaboração interparental, o que corrobora as conclusões do estudo de Duncan (2014), que identifica a pobreza como um fator com impacto transversal em todos os membros do agregado familiar. Outrossim, existe uma correlação negativa significativa entre o sistema familiar estável e caloroso e os problemas legais. Estes resultados apoiam a literatura que antevê que fatores de proteção familiar mitigam fatores de risco (Steiner et al., 2019).

Em contrapartida, a relação entre os fatores de risco e os fatores de proteção da amostra de estatuto socioeconómico médio-alto demonstra que existem correlações negativas entre jovem e pais com vínculos afetivos mútuos e a violência, o baixo nível de conflituosidade conjugal e a violência e o pai com papel protetor e a violência. Adicionalmente, a variável problemas legais apresenta também correlações negativas fundadas com o adequado nível de colaboração interparental, o baixo nível de *stress* parental e com o sistema familiar estável e caloroso. Todavia, importa ainda referir as correlações positivas entre o baixo nível de conflituosidade conjugal e o emprego, o adequado nível de colaboração interparental e o emprego e o sistema familiar estável e caloroso com o emprego (Tabela 18), o que confirma que a inserção laboral pode ampliar as posses económicas da família e, por sua vez, promover fatores de proteção (Conger et al., 2010; Emmen et al., 2013).

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

No que diz respeito à comparação entre o grupo de estatuto socioeconómico baixo e o grupo de estatuto socioeconómico médio-alto, com recurso ao teste de Mann-Whitney e à soma dos postos de Wilcoxon (Tabelas 19 a 24), obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas, sendo que o primeiro grupo apresenta um maior número de fatores de risco comparativamente ao segundo. Em contrapartida, no que concerne aos fatores de proteção, conclui-se que os mesmos têm mais prevalência no grupo de estatuto socioeconómico médio-alto do que no grupo de baixo estatuto socioeconómico.

Importa referir, algumas limitações identificadas ao longo do presente estudo, nomeadamente ao nível da amostragem. Dada a natureza sigilosa dos dados, diversas entidades não se mostraram disponíveis para colaborar, o que dificultou significativamente o processo de recolha da amostra. Acresce que não foi possível assegurar uma equivalência numérica entre os dois grupos, tendo o grupo de baixo estatuto socioeconómico apresentado um número superior de participantes. Além do mais, verificaram-se dificuldades na obtenção de bibliografia recente que abordasse a temática em estudo.

Por fim, sugere-se que futuras investigações recorram a amostras de maior dimensão e que considerem a comparação entre diferentes contextos sociodemográficos, de forma a potenciar a generalização dos resultados e, conseqüentemente, dar continuidade ao processo de validação da EEARF.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar a sensibilidade e especificidade da EEARF, avaliando ao mesmo tempo o impacto do fator socioeconómico no risco familiar. Para tal, foram formuladas hipóteses de que as famílias de baixo estatuto socioeconómico teriam um número superior de fatores de risco e inferior de fatores de proteção comparativamente às famílias de estatuto socioeconómico médio-alto e que estas últimas teriam um número mais elevado de fatores de proteção e mais baixo de fatores de risco em comparação com as primeiras.

Como resultados, nomeadamente na análise da consistência interna, verificou-se que a EEARF possui uma fiabilidade aceitável, consolidando-a como um instrumento pertinente para a avaliação do risco familiar.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Além disso, os resultados das correlações corroboram a literatura já existente, sendo que indicam que as dificuldades económicas aumentam o risco familiar. Em contraste, a estabilidade laboral e um melhor contexto socioeconómico surgem associados a dinâmicas familiares mais estáveis e positivas, que funcionam como fatores de proteção.

Assim, os resultados obtidos corroboraram as hipóteses inicialmente formuladas, indicando que o fator socioeconómico tem impacto no risco familiar.

Em conclusão, a EEARF constitui-se como um instrumento útil e abrangente capaz de avaliar diversos parâmetros teóricos relevantes na avaliação do risco familiar. A sua aplicação permite aos profissionais obter uma análise mais objetiva e estrutura do risco familiar. Os resultados obtidos no presente estudo, reiteram a necessidade das intervenções não se centrarem exclusivamente nas dinâmicas relacionais, mas que integrem, de igual modo, o impacto transversal dos fatores socioeconómicos, visando o aumento dos fatores de proteção como estratégia para mitigar os fatores de risco.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios familiares*. Quarteto Editora.
- Andrews, D., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct* (5.^a ed.). Anderson Publishing
- Ávila, E. O., Villa, E. A. H., Velazquez, L. S. Y., Ibarra, S. M. M., & Verduzco, R. O. F. (2016). Relación entre los factores familiares de riesgo y la conducta antisocial de los adolescentes (pp. 20–30). *Culcyt*, 59. <https://erevistas.uacj.mx/ojs/index.php/culcyt/article/view/1261/1090>
- Barlow, C. (2016). *FRaSA: Family Risk and Safety Assessment Practitioner Handbook* (1–56). Craig Barlow Consultancy & Training Ltd.
- Bastos, A., & Machado, C. (2018). Children and the dynamics of poverty and social exclusion: empirical evidence for Portugal. *International Journal of Social Economics*, 45(9), 1385–1404. <https://doi.org/10.1108/ijse-01-2016-0035>
- Batista, C. G. M. (2014). *Olhares sobre os (Des)afetos A Perspetiva dos Profissionais sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/9203>
- Belfort, P. B., Barros, S. M. M. D., Gouveia, M. L. D. A., & Santos, M. D. F. D. S. (2015). Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. *Psicologia: teoria e prática*, 17(3), 42-51. <https://doi.org/10.15348/1980-6906>
- Castro, A. M. F. D. M., & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(1), 01-12. <https://doi.org/10.9788/TP2014.1-01>
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic Status, Family Processes, and Individual Development. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 685–704. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00725.x>
- Cruz, O. (2014). *Parentalidade positiva e suas consequências no desenvolvimento da criança*. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>
- da Silva, F. G. (2015). *A Prevenção de Comportamentos e Situações de Risco de Crianças e Jovens: Contributos das Forças de Segurança*. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/3116>
- Dallos, R., & Draper, R. (2015). *An Introduction to Family Therapy: Systemic Theory and Practice*. (4.^aed.). Open University Press.
- de Carvalho, M. J. L. (2013). Childhood, Urban Violence and Territory: Children's Perceptions of Place and Violence in Public Housing Neighborhoods in Portugal.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

- Children, Youth and Environments*, 23(1), 124.
<https://doi.org/10.7721/chilyoutenvi.23.1.0124>
- Despacho n.º 13057/2023. (2023, 20 de dezembro). Ação de saúde para crianças e jovens em risco [Despacho]. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13057.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/13057-2023-832168393>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão E Desenvolvimento*, 19, 139–156.
<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- dos Santos, D. J. F. (2018). *A Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas de Marcelo Pakman na Avaliação Familiar da Delinquência Juvenil*.
<https://pt.scribd.com/document/719662539/Assidere>
- Duncan, G. J., Magnuson, K., & Votruba-Drzal, E. (2014). Boosting Family Income to Promote Child Development. *The Future of Children*, 24(1), 99–120.
<https://doi.org/10.1353/foc.2014.0008>
- Emmen, R. A. G., Malda, M., Mesman, J., van IJzendoorn, M. H., Prevoe, M. J. L., & Yeniad, N. (2013). Socioeconomic status and parenting in ethnic minority families: Testing a minority family stress model. *Journal of Family Psychology*, 27(6), 896–904. <https://doi.org/10.1037/a0034693>
- Fernández, D. Y. M., & Coicue, D. A. A. (2023). *La Familia como agente protector en las relaciones sociales de un niño con autismo del barrio La Esmeralda de la ciudad de Popayán*. Fundacion Universitaria de Popayan.
<https://fupvirtual.edu.co/repositorio/s/repositorio/item/14243>
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (4th ed.). Sage.
- Gomes, J. M. N. (2019). *A promoção da autonomia em adolescentes acolhidas na CIJE: Estudo de caso* [Trabalho de projeto de mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco].
- Gómez, P. M. (2020). La Familia como Sistema. Terapia Familiar Sistémica. In *Psicología y Familia. Cinco enfoques sobre familia y sus implicancias psicológicas* (pp. 209–244). Joshua Editores. https://www.researchgate.net/profile/Walter-Arias-Gallegos/publication/346800329_Psicologia_y_Familia_Cinco_enfoques_sobre_familia_y_sus_implicancias_psicologicas/links/5fd0f913299bf188d405ce1c/Psicologia-y-Familia-Cinco-enfoques-sobre-familia-y-sus-implicancias-psicologicas.pdf#page=209
- Hernández, E.A., & Paz, L.E. (2016). La publicidad de bien público y la educación sexual en Cuba. *Gráfica*, 4(8), 105-115. <https://doi.org/10.5565/rev/grafica.92>
- Hidalgo García, M. V., Lorence Lore, B., Pérez Padilla, J., Menéndez Álvarez-Dardet, S., Sánchez Hidalgo, J., Jiménez García, L., & Arenas Rojas, A. (2010). *El apoyo social*

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

de mujeres solas con responsabilidad familiar: Un estudio con madres de los Servicios Sociales Comunitarios. Instituto Andaluz de la Mujer.

- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221. doi: 10.1590/1678-7153.20152820
- Kulkarni, R., Sujatha, K., Sree, C. L., & Sneha, A. (2024). A study on understanding the child behaviour and their Psychology in nuclear families. *Journal of Community Service*, 1(1), 13–23. <https://doi.org/10.62569/hjcs.v1i1.18>
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. (1999). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. *Diário da República*, I Série-A, n.º 204. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1999-34542475-115626342>
- Lodewijks, H. P. B., de Ruiter, C., & Doreleijers, T. A. H. (2010). The impact of protective factors in desistance from violent reoffending: a study in three samples of adolescent violent offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 568-587
- Lopes, A. I., Mendes, F., Magalhães, C., Fernandes, R., & Martins, E. (2016). Atividade processual de uma comissão de proteção de crianças e jovens do centro de Portugal. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 38–39.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (7.ª ed.). ReportNumber.
- Matsukura, T. S., Fernandes, A. D. S. A., & Cid, M. F. B. (2012). Fatores de risco e proteção à saúde mental infantil: o contexto familiar. *Revista de Terapia Ocupacional Da Universidade de São Paulo*, 23(2), 122–129. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v23i2p122-129>
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Revista de Psicologia Da Criança E Do Adolescente*, 6(1), 95–107.
- Pereira, F. B. (2024). Análisis de Experiencias Psicoterapéuticas desde el Modelo Sistémico en Familias con un enfermo terminal. *MLS Psychology Research*, 7(2). <https://doi.org/10.33000/mlspr.v7i2.2769>
- Pereira, P. C. do A. (2021). *Perceções Em Torno Das Vivências Do Acolhimento Residencial De Crianças E Jovens Em Risco*. Institucional do IPV. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/7356>
- Petersen, C. S., & Koller, S. H. (2006). Avaliação psicológica em crianças e adolescentes em situação de risco. *DOAJ: Directory of Open Access Journals*, 5(1), 55–66.
- Rocha, S. M. D. (2020). “Pais e Filhos para Sempre!” - Proposta dum Projeto de Intervenção de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco para uma CPCJ da Região Centro. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viseu].

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Repositório Institucional do IPV.
<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6318>

- Rodrigo, M. J., & Palácios, J. (1998). Conceptos y dimensiones en el análisis evolutivo educativo de la familia. In M. J. Rodrigo & J. Palácios (Eds.), *Família y desarrollo humano* (45-70). Alianza Editorial.
- Steiner, R. J., Sheremenko, G., Lesesne, C., Dittus, P. J., Sieving, R. E., & Ethier, K. A. (2019). Adolescent Connectedness and Adult Health Outcomes. *Pediatrics*, *144*(1).
<https://doi.org/10.1542/peds.2018-3766>
- Teti, D. M., & Cole, P. M. (2011). Parenting at risk: new perspectives, new approaches. *Journal of Family Psychology*, *25*(5), 625.
- Van Der Put, C. E., Assink, M., & Boekhout Van Solinge, N. F. (2017). Predicting child maltreatment: A meta-analysis of the predictive validity of risk assessment instruments. *Child Abuse & Neglect*, *73*, 71–88.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.016>
- Vanderley, I. C. S., Vanderley, M. de A. S., Santana, A. D. D. S., Scorsolini-Comin, F., Neto, W. B., & Monteiro, E. M. L. M. (2020). Factors related to the resilience of adolescents in contexts of social vulnerability: integrative review. *Enfermería Global*, *59*, 612–625. <https://doi.org/10.6018/eglobal.411311>
- Vázquez, N. A. (2020). *Family Social Work: The systemic model in intervention with families*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Salamanca] Repositório GREDOS.
https://gredos.usal.es/xmlui/bitstream/handle/10366/147528/TG_AldreyV%C3%A1zquezN_Trabajosocial.pdf?sequence=1
- Villanueva, S. L. D. (2015). Factores de riesgo y protección en niños y adolescentes en situación de pobreza de instituciones educativas en Villa El Salvador. *Avances En Psicología*, *23*(2), 231–240. <https://doi.org/10.33539/avpsicol.2015.v23n2.165>
- Wampler, K. S., & Mcwey, L. M. (2020). *The handbook of systemic family therapy. Volume II, Systemic family therapy with children and adolescents*. Wiley Blackwell.

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Anexos

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Anexo 1 - Parecer da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior



Comissão de Ética
Universidade da Beira Interior

comissaodeetica@ubi.pt
Convento de Santo António
6201-001 Covilhã | Portugal

Parecer relativo ao processo n.º CE-UBI-Pj-2022-070-ID-1536

Na sua reunião de 14 de fevereiro de 2023, a Comissão de Ética apreciou a documentação científica submetida referente ao pedido de parecer do projeto “Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico”, do proponente **Diamantino José Figueiredo Santos**, a que atribuiu o código n.º CE-UBI-Pj-2022-070.

Na sua análise não identificou matéria que ofenda os princípios éticos e morais, sendo de parecer que o estudo em causa pode ser aprovado.

Covilhã e UBI

A Presidente da Comissão de Ética

Assinado por: **AMELIA MARIA MONTEIRO
FERNANDES NUNES**
Num. de Identificação: 10241784
Data: 2023.03.06 21:56:02+00'00'



(Professora Doutora Amélia Maria Monteiro Fernandes Nunes)

(Professora Auxiliar)

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Anexo 2 - Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Sou Luana Patrícia da Costa Ochoa e no âmbito de uma dissertação de mestrado estou a desenvolver um estudo designado *Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico*, para construir um instrumento de avaliação do risco familiar para famílias ligadas ao sistema de proteção de crianças e jovens,

Venho pedir que connosco colabore, pois sem a sua participação não será possível concretizar este projeto.

O que solicitamos, é que responda a uma entrevista estruturada que pretende avaliar a qualidade de vida familiar e/ou o risco familiar, sendo que não existirão quaisquer benefícios, riscos, inconvenientes ou despesas que decorram da sua participação.

Este trabalho envolve como investigadores Luana Ochoa (investigador principal), Prof. Dr. Diamantino Santos (orientador) e o Prof.ª Dr.ª Rosa Marina Afonso (coorientador), não existindo qualquer financiamento para este projeto, nem dos investigadores envolvidos.

A sua confidencialidade está garantida, sendo utilizado um número de registo em substituição do seu nome, sendo que apenas os investigadores envolvidos (Luana Ochoa, Diamantino Santos e Rosa Marina Afonso) têm acesso aos seus dados pessoais, os quais, em todo o caso, não serão divulgados, pois serão utilizados sob codificação.

A participação que solicito é voluntária, isto é, não se sinta obrigado a participar, e pode decidir não participar desde o primeiro momento ou noutra qualquer, sem que daí advenham quaisquer prejuízos para si em qualquer perspetiva.

Uma vez que a sua decisão de participar é voluntária, livre, e informada pelo presente documento, mas também esclarecida em tudo o que tiver dúvidas, qualquer pergunta, dúvida ou informação adicional de que necessite para a sua decisão poderá ser-me colocada ou transmitida através do mail luana.ochoa@ubi.pt.

Ao assinar este documento confirmo em nome da equipa de investigação que transmiti toda a informação nela contida, e expliquei e dei resposta a todas as questões e dúvidas apresentadas pelo participante.

Assinatura do investigador:

Data: ____/____/_____

Ao assinar esta declaração assumo que irei colaborar livremente, que li e compreendi a informação e os esclarecimentos que me foram dados, e a meu contento, acerca da minha participação, e tive tempo suficiente para me decidir e neles ponderar.

Aceito participar nas tarefas que me são solicitadas, sabendo que nada me impede de mudar de posição, sendo que poderei manifestar o desejo de não colaborar, sem que tal implique quaisquer perdas de direitos ou acarrete prejuízo pessoais.

Tenho conhecimento de que um original deste documento, assinado por ambos os subscritores, fica em minha posse.

Assinatura da participante:

Data: ____/____/_____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Anexo 3 - Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (versão progenitores/cuidadores)

Versão Progenitores/cuidadores

Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar

- Delinquência Juvenil -

Marcelo Pakman (2007)

Adaptação de D. Santos & I. Alberto (2012)

Esta entrevista procura conhecer o que pensa sobre um conjunto de áreas que, fazendo parte da vida de muitas pessoas e de muitas famílias, podem vir a transformar-se em dificuldades que levam a que a vida pessoal e familiar possa ficar mais difícil. As questões colocadas referem-se ao presente, como tal, deve procurar responder de acordo com aquela que é a sua situação pessoal e familiar atual.

Por favor, preencha os dados biográficos com recurso a múltiplas fontes, previamente à administração da entrevista:
Dossier Progenitor(es) Outras fontes :

Identificação:
Nome: _____
Sexo: _____ Morada: _____
Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade cronológica: ____ Idade aparente: ____

Pais de origem: _____
Se não Autóctone, tempo de permanência em Portugal: _____
Estado Civil atual: _____
Emprego atual: _____
Motivo(s) da referenciação aos serviços: _____

A preencher no final da entrevista:
Avaliação sumária do estado mental: _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

1. Saúde/Doença Física

1.1 Foi-lhe dito que tinha alguma doença? _____ Qual ou quais? _____

1.1.2 Está a receber algum tratamento? _____ Se sim, para que doenças? _____

1.2 Alguém da família tem alguma doença? _____ Qual ou quais? _____

1.2.1 Está a receber algum tratamento? _____ Se sim, para que doenças? _____

1.3 Tem médico para este(s) problema(s)? _____ Quem é? _____ Como se chama a instituição? _____

1.4 Quais podem ser as possíveis complicações da(s) sua(s) doenças? _____

1.5 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas complicações? _____

2. Saúde Mental

2.1 Foi-lhe diagnosticado algum problema de saúde mental? _____ Qual ou quais? _____

2.1.2 Está a receber algum tratamento? _____ Para que problema(s)? _____

2.2 Alguém da família tem algum problema de saúde mental? _____ Quem e que problema? _____

2.2.1 Está a receber algum tratamento? _____ Para que problema(s)? _____

2.3 Tem algum médico para este(s) problema(s)? _____ Quem é? _____ Como se chama a instituição? _____

2.4 Quais podem ser as possíveis complicações dos seus problemas de saúde mental? _____

2.5 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas complicações? _____

3. Abuso de álcool e/ou drogas

3.1 Utiliza álcool e/ou drogas? _____ Quais? _____

Com que frequência? _____

3.2 Já alguma vez lhe foi dito que tem um problema de abuso de álcool e/ou drogas? _____ Qual ou quais? _____

3.3 Considera-se dependente de algum tipo de álcool e/ou droga? _____ Qual ou quais? _____

3.4 Recebe atualmente algum tratamento para álcool e/ou drogas? _____ Já recebeu tratamento ou procurou por si próprio parar de usar álcool e/ou drogas? _____ Que tratamentos ou esforços realizou anteriormente? _____

Quando? _____

3.5 Alguém da família tem algum problema com álcool e/ou drogas? _____ Quem e que problema? _____

3.5.1 Tem algum médico para este(s) problema(s)? _____ Quem é? _____ Como se chama a instituição? _____

3.5.2 Está a fazer algum esforço para ultrapassar o problema com drogas e/ou álcool? _____ Qual ou quais? _____

3.5.3 Que complicações pode ter por usar/abusar de álcool e/ou drogas? _____

3.5.4 Como pode diminuir ou evitar essas complicações? _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

4. Educação/Escola/Formação

- 4.1 Que ano escolar tem feito? _____ Escreve ou lê em português? _____
- 4.2 Que ano escolar tem o marido/companheiro? _____ e os filhos? _____
- 4.3 Quem está a estudar? Em que ano e que escola? _____
- 4.4 É possível que alguém da família venha a perder algumas das capacidades de leitura/escrita? _____
- 4.5 Acha que a escola ou a formação são importantes? _____ Para quê? _____
- 4.6 Tem planos para continuar(em) a estudar? _____ Como pensa fazer? _____
- 4.7 Que dificuldades podem aparecer que o(s)/a(s) impeçam de continuar ou começar a estudar agora ou no futuro? _____
- 4.8 Como poderia fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? _____

5. Trabalho/Emprego

- 5.1 Quem está empregado lá em casa? _____ É estável? _____ Que tipo de trabalho é? _____
- 5.2 Há quanto tempo e durante quanto tempo tem/teve o último emprego? _____
- 5.3 Que idade tinha quando teve o seu primeiro emprego? _____
- 5.4 Qual foi o maior período de tempo em que esteve empregado? _____
- 5.5 Se está desempregado(a), qual a razão? _____
- 5.6 Há quanto tempo está desempregado(a)? _____
- 5.7 Já alguma vez esteve desempregado e conseguiu ultrapassar esta situação? _____ O que fez? _____
- 5.8 Conhece alguém que estivesse desempregado e que conseguisse ultrapassar esta situação? _____ o que é que fez? _____
- 5.9 Que dificuldades podem aparecer que o impeçam de voltar a trabalhar (ou melhorar a sua situação de trabalho)? _____
- 5.10 Sabe como as diminuir ou evitar estas dificuldades? _____ Como faria? _____
- 5.11 Tem planos para recomeçar a trabalhar (ou melhorar a sua situação no trabalho)? _____ Se sim, como pensa fazer? _____

6. Condições Habitacionais/Mobilidade

- 6.1 Quais as características da sua habitação? _____
_____ Onde se situa? _____
- 6.2 Há quanto tempo está nesta situação? _____ É estável? _____
- 6.3 É possível que as condições de habitação fiquem piores? _____ Como? _____
- 6.4 Qual é o seu meio de transporte? _____
- 6.5 Qual foi o maior período de tempo em que viveu num sítio? _____
- 6.6 Já alguma vez esteve desalojado e conseguiu ultrapassar esta situação? _____ O que fez? _____
- Quando aconteceu o desalojamento? _____ Durante quanto tempo? _____
- 6.7 Tem planos para melhorar a sua casa ou transporte agora ou no futuro? _____ Como irá fazer? _____
- 6.8 Que dificuldades podem surgir? _____
- 6.9 Como poderia fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

7. Problemas Legais/Delinquência

7.1 Tem problemas com os tribunais/justiça? _____ Em que tipo de problemas se envolveu? _____

7.2 É possível que a sua situação se complique? _____ Como? _____

7.3 Tem algum advogado ou apoio para estes problemas? _____

7.4 Já esteve preso/internado em centro educativo? _____ Quando e durante quanto tempo? _____

7.5 Já teve ou tem medidas legais/penas aplicadas? _____ Quais? _____

7.6 O que o(s) levou a praticar esses crimes? _____

7.7 Tem planos para melhorar a sua situação com a justiça agora ou de futuro? _____ Como faz ou fará? _____

7.8 Que dificuldades podem aparecer que o(a) impeçam de melhorar a sua situação com a justiça? _____

7.9 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? _____

Face a outras pessoas na família

7.9 Tem filhos/alguém a seu cargo ou outro familiar com problemas com a justiça? _____

7.10 Em que problemas se envolveu(ram)? _____

7.11 O que acha que o(s) levou a praticar esses crimes? _____

7.12 Já lhes foi aplicada alguma pena/medida anteriormente? _____ Foi cumprida? _____

Se não foi cumprida porque acha que tal aconteceu? _____

7.13 Conhece alguém que tivesse estes problemas com os filhos e que conseguisse ultrapassar esta situação? _____

Como fez? _____

7.14 Quais são os seus planos para evitar que o(s) filho(s) (e/ou o(a) próprio(a)) se voltem a envolver em problemas com a justiça? _____

7.15 Que dificuldades podem surgir? _____

7.16 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? _____

8. Violência (física e psicológica)

8.1 Esteve envolvido(a) em atos de violência? _____ Em casa? _____ No exterior da família? _____

8.2 Alguém da família esteve envolvido/a em atos de violência? _____ Em casa? No exterior da família?

Em que local? _____

8.3 O que aconteceu? _____

8.4 Quem praticou os atos de violência? _____

8.5 Qual foi o seu envolvimento pessoal nestes atos? _____

Quando? _____ Com que Frequência? _____

8.6 Quem foram a/s vítima/s destes atos? _____

8.7 Quais as consequências? (físicas/psicológicas) _____

8.8 É possível que atos violentos possam voltar a acontecer? _____

8.9 É possível que no futuro tenha consequências piores por causa destes atos violentos? _____

8.10 Conhece alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? _____

Como fez? _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

8.11 Pode evitar ou diminuir o seu envolvimento nestes atos? _____ Como poderia fazer? _____

8.12 Que dificuldades podem aparecer que o impeçam de diminuir/evitar o seu envolvimento em atos de violência? _____

8.13 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? _____

9. Dissonância Étnica/Social

9.1 É imigrante? _____ Quando veio para o País? _____ Está legal no país? _____

9.2 Conhece alguém que estivesse ilegal país e que conseguisse ultrapassar esta situação? _____ Como fez? _____

9.3 Tem cá família? _____ Quem e desde quando? _____

9.4 Que as razões o levaram a abandonar o seu país? _____

9.5 É refugiado político? _____ Tem dificuldades com a língua Portuguesa? _____

9.6 Que tipo de atividades está impedido de fazer devido às dificuldades com a língua? _____

9.7 Já se sentiu discriminado? _____ Devido a que aspeto? _____

9.8 É possível que essas experiências de discriminação piorem no futuro? _____ Como? _____

9.9 Sente-se integrado(a) neste país? _____ Já pensou como pode aumentar a sua integração? _____ Como poderá fazer? _____

9.10 Que dificuldades podem surgir? _____

9.11 Como faria para diminuir essas dificuldades? _____

10. Pobreza

10.1 Qual é o seu ordenado atual? _____ E da família, qual é o ordenado mensal? _____

10.2 Considera-se pobre? _____ É possível que o seu ordenado seja reduzido no futuro? _____ Como? _____

10.3 Quais são as áreas que você e a sua família vêm afetadas pela pobreza (ou por um ordenado baixo)?

Alimentação _____ Vestuário/roupa _____ Saúde _____

Casa/habitação _____ Transporte _____ Escola/formação _____

Outro(s): _____

10.4 Tem planos para manter (ou melhorar) o seu ordenado? _____ Como irá fazer? _____

10.5 Quais as dificuldades em manter (ou melhorar) o seu ordenado? _____

10.6 Sabe como diminuir essas dificuldades? _____ Como o faria? _____

11. Rede Social

	Contacto Diário	Contacto frequente	Contacto ocasional	Contacto potencial
Família:				
Amigos:				
Trabalho:				
Escola:				
Serviço de saúde:				
Outras Atividades Sociais (religiosos <input type="checkbox"/> desportivos <input type="checkbox"/> , voluntariado <input type="checkbox"/> , Outro _____)				

Mapa da Rede Social Pessoal (Sluzki, 1996)

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

11.1 O número de pessoas com quem contacta diminuiu? _____ Qual a razão? _____

11.2 É possível que as pessoas com quem contacta sejam cada vez menos? _____ Como é que isso pode acontecer? _____

11.3 Tem planos para contactar mais com as pessoas que conhece? _____ Como poderá fazer? _____

11.4 Quais as dificuldades que o(a) impedem de ter um maior o número de contactos? _____

11.5 Como poderia diminuir/evitar estas dificuldades? _____

12. Segurança Social

12.1 Alguém da família está a ser acompanhado pela Seg. Soc.(SS)? _____ Quem? _____

Desde quando? _____ Por que motivo? _____

12.2 Recebe(m) algum subsídio? _____ Por que razão? _____

12.3 Tem um plano de reinserção? _____ Em que consiste? _____

Tem sido cumprido? _____ Por que razão? _____

12.4 É possível que o acompanhamento e/ou subsídio possam terminar? _____ Como? _____

12.5 Algum elemento da família está incapacitado? _____ Por que razão? _____

Desde quando foi considerado incapacitado? _____

12.6 É permanente ou é possível que a sua situação de incapacidade mude? _____ Como? _____

12.7 Conhece alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? _____

Como fez? _____

12.8 Tem planos para mudar a sua situação atual na SS/Incapacidade? _____ Como é que pensa fazer para que esta situação mude? _____

12.9 Que dificuldades podem aparecer e fazer com que esta mudança não aconteça? _____

12.10 Sabe como diminuir/evitar estas dificuldades? _____ Como poderia fazer? _____

13. Família/parentalidade

Genograma

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

Observações: _____

13. Família/parentalidade (continuação)

13.1 Quais são a(s) pessoa(s) de família a quem o seu filho/a mais ouve? _____

13.1.1 Por que motivo acha que o seu filho/a ouve mais estas pessoas? _____

13.1.2 Que contacto têm estas figuras com o seu filho/a/família? _____

13.2 Consegue descrever como é o dia-a-dia habitual do seu filho/a? _____

13.3 Quais são as três regras mais importantes lá em casa? 1.ª _____

2.ª _____ 3.ª _____

Quem estabeleceu estas regras? _____ Como é que o seu filho/a sabe que estas regras são importantes? _____

13.4 Destas regras, quais são aquelas que o seu filho/a tem mais dificuldade em cumprir? _____

13.5 Por que motivos acha que o seu filho/a tem mais dificuldade em cumpri-las? _____

13.6 Se o seu filho/jovem não cumprir estas regras o que faz? _____

13.7 Quais são as regras que o seu filho/a cumpre com mais facilidade? _____

13.8 Por que motivos acha que o seu filho/a tem mais facilidade em cumprir estas regras? _____

13.9 O que pensa que poderia ser diferente para que o seu filho/a compreendesse a necessidade de cumprir estas regras? _____

13.10 Como são partilhadas as atividades domésticas entre os elementos da família? _____

13.11 Em que alturas é que a família se junta para conversarem acerca dos problemas que os afetam? _____

Qual foi o último problema/dificuldade sobre o qual conversaram? _____

A que conclusão chegaram? _____

13.12 Quanto tempo partilham juntos por dia? _____

13.13 Com quem e onde passa a criança a maior parte do tempo? Semana: _____

Fim de semana: _____

13.14 Qual foi a última atividade que fizeram em conjunto? _____

Como decorreu? _____

13.15 Quais têm sido para si as coisas boas de ser pai/mãe (e com este filho em particular)? _____

13.16 O que é mais difícil para si enquanto pai/mãe, na relação com os seus filhos (e com este em particular)? _____

13.17 Há quanto tempo existem estas dificuldades? _____

13.18 O que acha que faz com que existam estas dificuldades? _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Versão Progenitores/cuidadores

13.19 Como poderia fazer para diminuir essas dificuldades? _____

13.20 Conhece alguém que tivesse este tipo de dificuldades e que conseguisse ultrapassar esta situação?
_____ Como fez? _____

13.21 Se pudesse voltar atrás o que faria diferente como mãe/pai dos seus filhos? _____

13.22 E com este filho/a em particular? _____

13.23 Quem presta os cuidados às criança/s? _____
Como avalia a qualidade da prestação destes cuidados? _____

13.24 Como avalia a sua relação com os seus próprios pais? _____

13.25 Por que motivo avalia a relação com os seus pais assim? _____

13.26 Considera que as suas vivências enquanto foi criança, afetam a sua relação com o seu filho/a? _____

13.27 Como? _____

13.28 Como poderia diminuir estas dificuldades ou/Como poderia potenciar a relação com o seu filho/a a partir destas suas vivências? _____

13.29 De que forma acha que o seu comportamento parental atual é, de facto, um comportamento que protege e contribui para o desenvolvimento saudável do seu filho/a? _____

13.30 De que forma acha que alguém constitui ou pode constituir um risco ou um perigo para o seu filho/a? _____

13.31 Que planos tem para si, para o seu futuro? _____

13.32 Que planos tem para o futuro do/a seu/sua filho/a? _____

Questões Finais

a) Como se sentiu na realização desta entrevista? _____

b) Em que é que esta entrevista foi útil? _____

c) Houve algum aspeto mais difícil de abordar nesta entrevista? _____ Qual ou quais? _____

d) Acha que esta conversa ajudou a ver de outra maneira alguns acontecimentos de sua vida? _____ Se sim, de que maneira? _____

e) Acha que deveria haver mais alguma área ou pergunta que lhe fazia sentido que fosse aqui tratada? _____ Qual ou quais? _____

f) Se os problemas que apresenta se mantiverem, com estará a sua vida daqui a 01 ano? _____

Sensibilidade e especificidade da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar: impacto do fator socioeconómico

Anexo 4 - *Workspace* – folha de registo e análise da cotação.

Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar

EEARF - WORKSPACE CONTEXTO PROTEÇÃO

D. Santos & I. Alberto, 2018

Nome da criança: _____

Progenitor(es)/cuidador(es): _____ ;

Idade real: ____ idade aparente ____ ; Idade real: ____ Idade aparente: ____

EEARF							Fontes de informação
Progenitores e Crianças							
Fatores de risco familiares							
Saúde física	0	1	2	3	4	5	
Saúde mental	0	1	2	3	4	5	
Abuso de substâncias	0	1	2	3	4	5	
Educação	0	1	2	3	4	5	
Emprego	0	1	2	3	4	5	
Habituação/transporte	0	1	2	3	4	5	
Problemas legais	0	1	2	3	4	5	
Violência	0	1	2	3	4	5	
Dissonância étnica/social	0	1	2	3	4	5	
Pobreza	0	1	2	3	4	5	
Rede social	0	1	2	3	4	5	
Segurança social	0	1	2	3	4	5	
Parentalidade	0	1	2	3	4	5	

Fatores Protetores do risco familiar			Fontes de informação
Elevada persistência de disciplina	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Baixo nível de conflituosidade conjugal	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Adequado nível de colaboração interparental	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Historia de baixo nível de punição física	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Mãe pós adolescente	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Adequada supervisão parental	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Pares pró-sociais	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Vizinhança pró-social	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Baixo nível de stress parental	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Elevado envolvimento nas atividades familiares	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Elevado nível de colaboração pais/avaliadores	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Sistema familiar estável e caloroso	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Pai com papel protetor	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Mãe com papel protetor	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Outros familiares com papel protetor (.....)	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Jovem e pais com vínculos afetivos mútuos	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Ambiente familiar estável, caloroso e coeso	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Total			

Avaliador(es) : _____

____/____/____ Local: _____